

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. António Serpa, 26-2º Esq - Tel. 77 22 84 * Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L. - Rua de "O Século", 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora "O SEculo"

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PCP

O Comité Central do Partido Comunista Português, reunido em sessão plenária no dia 6 de Outubro de 1974, resolveu convocar para o dia 20 de Outubro um Congresso Extraordinário do PCP, tendo como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

OS CONGRESSOS DE MEIO SÉCULO DE LUTA NA PÁG. 8)

VI SÉRIE N.º 44 2.ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1974 PREÇO \$30 Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MAIS UMA GRANDE VITÓRIA

O I CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA

CELEBROU-SE SOB AS CONSIGNAS DA FRENTE ÚNICA DA CLASSE OPERÁRIA, DA UNIDADE NACIONAL ANTI-FASCISTA E DO ROBUSTECIMENTO DO PARTIDO

NOTA DO SECRETARIADO DO COMITÉ CENTRAL

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

O Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 20 de Outubro de 1974, teve como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatuto do Partido,, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal aps o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

ÁLVARO CUNHAL À IMPRENSA

DERROTA DA REACÇÃO VITÓRIA DA LIBERDADE

A propósito da convocação do Congresso Extraordinário do PCP, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, deu, na passada terça-feira, no Clube Atlético de Campolide, uma conferência de Imprensa.

Naturalmente, os acontecimentos dos últimos dias e a situação política do País foram o tema da grande maioria das perguntas formuladas pelos representantes dos jornais portugueses e estrangeiros que assistiram.

A ofensiva reaccionária de 28 de Setembro, a demissão do general Spínola, o comportamento de alguma Imprensa estrangeira e, muito especialmente, a actuação do PCP no processo de democratização e descolonização em curso foram abordados e as respostas dadas pelo camarada Álvaro Cunhal constituíram um esclarecedor resumo das posições do PCP acerca de numerosos aspectos da actual situação política, bem como de alguns pontos da política do nosso Partido.

Dado o interesse de que se revestiu esta conferência de Imprensa, "Avante!" transcreve-a integralmente.

Como todos sabemos, acabamos de viver um período difícil no nosso país. A reacção desenvolveu uma grande manobra ofensiva, começando por uma manifestação com aspecto pacífico e inocente mas que concluiu pela declaração do estado de sítio, pela liquidação das liberdades democráticas e a instauração de uma nova ditadura.

Esta grande operação, esta tentativa dum golpe reaccionário fascista foi vencida pelo movimento popular e pelo Movimento das Forças Armadas. Como resultado, consolidaram-se as liberdades e abriram-se melhores possibilidades para chegar à realização das eleições para a Assembleia Constituinte.

Pelo que acabo de dizer, está dada a resposta à pergunta que é feita pela RTP — Telejornal, ou seja, que segundo alguma Imprensa estrangeira se diz que os acontecimentos consistiram numa tentativa de golpe dos comunistas. Enviaram precisamente aqui para a mesa a revista francesa "Le Point", que afirma na capa: "Portugal: o golpe comunista".

Houve tentativa dum golpe fascista — essa é a verdade. Esse golpe foi vencido. Isto significa que o povo português continuará a gozar as liberdades democráticas, que continuará a haver a livre actividade dos partidos políticos, que continuará a existir a liberdade de Imprensa e que não teremos uma ditadura pessoal ou militar, que era o objectivo do golpe.

Portanto, no que respeita à democratização, ela vai continuar e da mesma forma continuará a descolonização. E é

descolonização, o que não quer dizer que não haja ainda dificuldades sérias no prosseguimento deste cami-

de viver cria condições mais favoráveis também para a descolonização. Este processo realiza-se a



O camarada Álvaro Cunhal durante a conferência de Imprensa, acompanhado pelos camaradas Seigne Vilarigues, do secretariado do CC, e Aurélio Santos, do CC

precisamente contra a democratização e contra a descolonização que se levantam as forças reaccionárias.

Resultados históricos da descolonização

Assim como foram obtidos alguns resultados importantes na democratização da vida do País, também foram obtidos resultados históricos na descolonização.

Hoje existem o Estado da Guiné-Bissau independentemente livre, com boas relações de amizade com o Estado português, e o Governo transitório em Moçambique já com a FRELIMO que prepara a independência total de Moçambique dentro de um espaço relativamente curto. Trata-se de resultados importantes na

partir de duas forças essenciais: a primeira e determinante é o próprio movimento de libertação nos territórios que estavam ou que estão submetidos ao colonialismo português; a segunda, que interveio mais recentemente, é a acção do povo português e do seu Estado.

Até ao ano corrente, o povo português era solidário da luta dos povos coloniais, mas o Estado português conduzia a guerra colonial, conduzia uma política de repressão e de opressão. Agora, a libertação dos povos que estavam submetidos ao colonialismo português dá-se de acordo com o povo português e de acordo com o seu Governo. Para nós, que sempre lutávamos contra a ditadura, precisamente contra a democratização e contra a descolonização que se levantam as forças reaccionárias.

partir de duas forças essenciais: a primeira e determinante é o próprio movimento de libertação nos territórios que estavam ou que estão submetidos ao colonialismo português; a segunda, que interveio mais recentemente, é a acção do povo português e do seu Estado.

Até ao ano corrente, o povo português era solidário da luta dos povos coloniais, mas o Estado português conduzia a guerra colonial, conduzia uma política de repressão e de opressão. Agora, a libertação dos povos que estavam submetidos ao colonialismo português dá-se de acordo com o povo português e de acordo com o seu Governo. Para nós, que sempre lutávamos contra a ditadura, precisamente contra a democratização e contra a descolonização que se levantam as forças reaccionárias.

(Continuação na 3.ª página)

COMEMORADO O 5 DE OUTUBRO NUM PORTUGAL RENOVADO

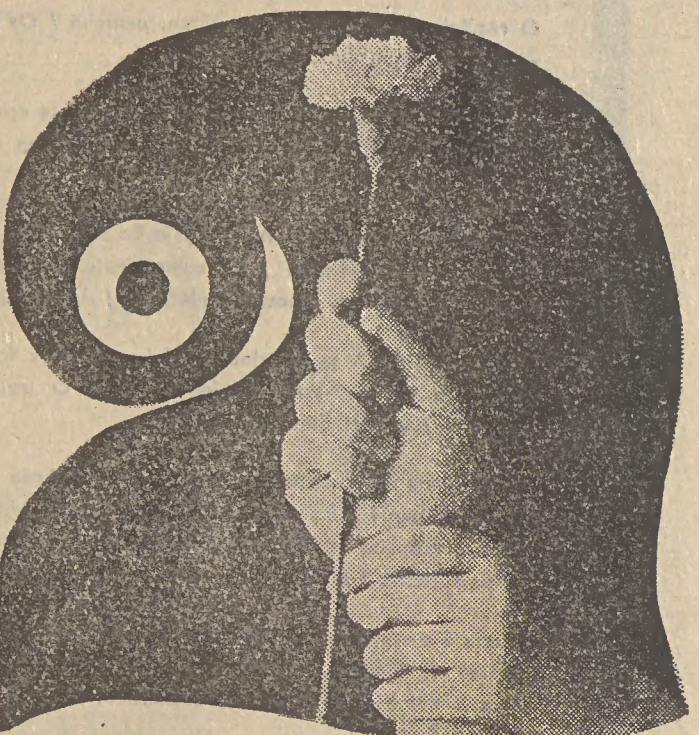
Depois de um período negro que durou cinquenta anos, o 5 de Outubro voltou a ser festejado em plena liberdade, revelando que a feroz repressão que o fascismo fez recair sobre o Povo não foi suficiente para fazer esquecer a data da implantação da República, como o demonstraram as numerosas comemorações que se realizaram por todo o País e em que a aderência foi inequívoca.

Desta vez aquela data histórica ganhou um significado duplo: por um lado, a comemoração de uma revolução que pela primeira vez abriu ao Povo Português uma perspectiva de liberdade, por outro o reafirmar de uma posição contra o fascismo, que poucos dias antes pretendia mergulhar o País num banho de sangue.

Muito embora Lisboa e Porto tivessem polarizado as atenções em virtude de nestas duas cidades as comemorações terem sido presididas respectivamente pelo general Costa Gomes e pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, poucas foram as localidades onde a

data da implantação da República não foi recordada.

Em Lisboa, às 11 horas da manhã, na varanda da Câmara Municipal — no mesmo local e à mesma hora em que o dr. Eusébio Leão, em 1910 anunciou ao povo a proclamação da República Portuguesa — o capitão Sarmiento Pimentel, um dos homens da Rotunda, levou a bandeira nacional. Rompendo a custo a multidão que se aglomerava na praça, o Presidente da República, o general Costa Gomes, chegou aos Paços do Concelho cerca das 10 e 45 onde era aguardado por vários ministros do Governo Provisório, nomeadamente os maiores Melo Antunes e Vítor Alves, Magalhães Mota e o camarada Álvaro Cunhal, e ainda pelo comandante militar de Lisboa, brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, o almirante Pinheiro de Azevedo, membro da JSN, para além de alguns heróis do levantamento de 1910 e familiares das personagens que fizeram a Primeira República entre os quais se



deira verde-rubra ao som do hino nacional, usou da palavra o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, engenheiro Joaquim Caldeira Rodrigues, que após recordar a coragem dos participantes no 5 de Outubro afirmou a necessidade de sermos firmes em criar hierarquias novas com os homens novos que a

prioritariamente da administração pública. Dirigindo-se à multidão, o capitão Sarmiento Pimentel, que viveu intensamente os primeiros anos da República, recordou que a reacção não desarma facilmente e que era preciso estar vigilante, como o Governo Provisório

(Continuação na 5.ª página)

O DIA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO JORNADA POPULAR DE DEFESA DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

A atmosfera era diferente, mas o espírito foi o mesmo. Sob muitos aspectos, o 6 de Outubro repetiu a madrugada de 28 de Setembro. Em ambos o povo demonstrou que a reacção não passará. O dia nacional de trabalho voluntário foi também uma jornada de combate à reacção, uma jornada de defesa e fortalecimento das conquistas democráticas do 25 de Abril. O Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves encontrou as palavras adequadas ao definir o 6 de Outubro como «um acto concreto de trabalho», pelo qual a Nação demonstrou que «confia no seu futuro e no seu destino».

Fatigados por sucessivas noites de vigília, operários, camponeses, trabalhadores das mais variadas profissões e camadas sociais responderam com entusiasmo ao apelo do Governo Provisório e transformaram o último domingo num plebiscito em que o trabalho substituiu os votos. A reacção ficou em casa, batida, ruminando a derrota; o povo tomou conta das ruas e praças públicas tornou brigadas que executaram tarefas nunca imaginadas e, nas fábricas, nos portos, nos bancos, nas repartições, nas lojas, nos campos, no mar, nas escolas, nas universidades, nas oficinas, provou, trabalhando, que o trabalho pode ser uma festa, proporcionar alegria e orgulho. Pela



primeira vez em Portugal, a massa dos assalariados sentiu que o produto do seu esforço não se destinava a beneficiar uma insignificante minoria, mas sim a colectividade. Nesse sentido, o 6 de Outubro foi uma janela aberta para o futuro. E também uma resposta aos profetas da desordem e da ruína que aplaudiam o fascismo e as

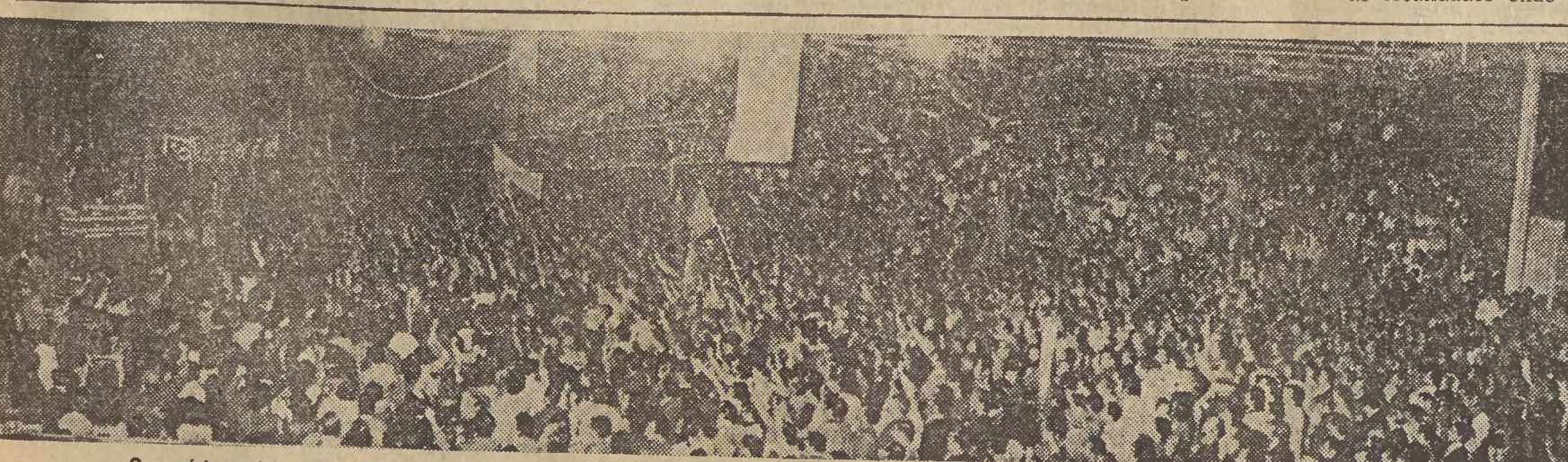
guerras coloniais, mas hoje só enxergam perigos na liberdade reconquistada. Ficou bem claro, sem sombra de dúvidas, que os trabalhadores não querem a anarquia e o caos, que não são eles os responsáveis por eventuais quebras de produção.

Portugal trabalhou mais e melhor do que em dias normais. Produziu um milhão

de contos voluntariamente. O povo usou a imaginação, revelou o seu poder criador, fez coisas que, embora necessárias, estavam por fazer.

A verdadeira maioria — antisse da «minoridade sediciosa» — fez ouvir a sua voz neste inesquecível 6 de Outubro.

(Continuação na 4.ª página)



O comício realizado em Sacavém, de que damos notícia na pág. 7 foi uma impressionante manifestação de vitalidade do nosso Partido

COMEÇOU O ANO ESCOLAR

DEMOCRATIZAR A EDUCAÇÃO

DEMOCRATIZAR O ENSINO

No passado dia 7 do corrente mês deu-se início a mais um ano escolar. O primeiro após a queda do fascismo.

Todos nós gostaríamos que esse milhão e meio de crianças e adolescentes que agora começam um novo ano lectivo encontrassem toda uma estrutura escolar nova, democrática, radicalmente diferente da aquela que o fascismo nos legou. Contudo, e apesar de modificações significativas já operadas nestes 5 meses de viver democrático, existem ainda muitos outros aspectos necessitados de profundas remodelações.

O legado fascista

Para se planificar qualquer coisa de novo necessitava-se de conhecer a situação real daquilo que se pretende modificar. Vejamos o que pensavam os governantes fascistas e qual a situação que nos legaram no sector da educação e ensino.

Em 1928, o famoso João Ameal escrevia no jornal «A Voz», órgão da União Nacional:

Portugal não necessita de escolas (...) ensinar a ler é corromper o atavismo da raça (...). Na nossa terra há alguns espíritos sem preparação mental, que se interessam pela obrigatoriedade do ensino primário, como se ele fosse uma das primeiras necessidades fisiológicas do povo.

Por sua vez, Salazar aludia, em discurso pronunciado no dia 28 de Maio de 1935, a que uma jornalista sueca que, há pouco, visitou Portugal exclamou ao saber que fomos ensinar o nosso povo a ler: «Na Suécia foi isso que o fez infeliz». E, na verdade, muitas vezes a ambição de saber conduziu, quando não for bem orientada, ao caminho errado da vida.

Para terminarmos estes exemplos do que pensavam os fascistas sobre a educação do Povo Português, acrescentamos apenas que ainda em 1952 se justificava o analfabetismo, que abrangia na altura cerca de metade da população portuguesa, dizendo que pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua actividade o Povo Português não sentir a necessidade de saber ler (Dec-Lei n.º 38 968 de 27-10-1952).

Como consequência lógica desta linha de pensamento, eis algumas das «reformas» do Estado Novo: extinção do ensino infantil oficial, do ensino primário superior e das escolas móveis de alfabetização; redução da escolaridade obrigatória e dos respectivos programas ao ideal prático cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal; renúncia ao alargamento da rede escolar e introdução de regentes escolares em substituição de professores; extinção de todo o movimento associativo e sindical dos trabalhadores ligados à educação e à cultura; afastamento compulsivo de alguns dos melhores valores com que contou o ensino e a Nação: Bento de Jesus Caraça, Abel Salazar, Rui Luís Gomes, Vitorino Magalhães Godinho e tantos outros.

O fascismo é inimigo da cultura. A política educativa do fascismo foi,

e é, sempre orientada no sentido de impedir o acesso das massas trabalhadoras à educação e à cultura.

Por alturas da II Guerra Mundial — o passado o período de intensa acumulação, centralização e concentração de capitais, possibilitado por uma sobre-exploração das classes trabalhadoras —, dá-se um novo ritmo ao processo de industrialização.

Devido a esta nova orientação da economia portuguesa, o ensino foi pressionado a adaptar-se. Foi remodelado o ensino técnico profissional, aumentou-se o período de escolaridade obrigatória e consequentemente a rede escolar. Os grandes grupos monopolistas necessitavam de técnicos capazes de lhes aumentar os lucros.

A subida da M. Caetano ao Poder em 1968, não alterou em nada as grandes coordenadas políticas: a ditadura dos monopolistas e dos latifundiários manteve-se. Como único elemento «novo» pode-se considerar apenas a demagogia «liberalizante» do regime.

O sector da educação e ensino foi precisamente aquele onde o fascismo concentrou mais esforços no sentido de dar essa sua «nova» imagem, sobretudo após a entrada de Veloso Simão para o Governo. Foi a época, por um lado, da «reforma» e «democratização» do ensino, da «participação» e, por outro lado, do encerramento de Associações de Estudantes, da entrada permanente da Polícia na Universidade, do afastamento de professores, da degradação das condições de trabalho.

Fruto dessa política antinacional, a situação do ensino em Portugal ao dar-se o 25 de Abril é perfeita-mente calamitosa, sobretudo quando comparada com outros países da Europa.

A educação pré-primária é praticamente inexistente. Os poucos estabelecimentos do ensino existentes são privados e cobram mensalidades incompatíveis para as bolsas dos trabalhadores. Apenas 3 em cada 100 crianças frequentavam este grau de ensino.

A escolaridade obrigatória, cobrindo 6 anos de estudos, é a mais baixa dos países membros da OCDE. Mesmo assim não cobre todas as crianças. Os fracassos escolares são frequentes: 1 em cada 3 crianças não passa o ano.

A assistência social escolar é praticamente inexistente. Não há cantinas, as bolsas são poucas e sujeitas a uma política discriminatória. Os livros e restante material escolar são extremamente caros pelo que a gratuidade do ensino é uma baleia. Cerca de cem mil crianças inadaptadas ou diminuídas não possuem qualquer apoio médico-pedagógico.

Em 1970, 25 em cada 100 portugueses não sabiam ler nem escrever. Assinale-se que o analfabetismo existe quase exclusivamente nas classes trabalhadoras.

O ensino secundário é marcado por uma profunda inferiorização do ensino técnico profissional, para onde vão os filhos dos trabalhadores, em relação ao ensino liceal. Há um total desajustamento em relação às necessidades reais do País.

A Universidade encontra-se praticamente paralisada. Por um lado, pelo repúdio dos estudantes a conteúdos e métodos de ensino fascistas. Por outro, pela inexistência de estruturas materiais que possibilitassem o seu funcionamento: instalações, material didáctico, etc.

A situação do professorado é vergonhosa: impossibilitados de se associarem em organismos de classe, com baixos vencimentos e péssimas condições de trabalho só restou ao professorado a procura de profissões melhor remuneradas.

Medidas positivas

Este é o legado que o fascismo nos deixou no sector do ensino após 48 anos de repressão e obscurantismo.

O 25 de Abril, resultado da actualização do glorioso MFA e do poderoso movimento popular de massas, abriu, logicamente, novas perspectivas para a educação do Povo Português.

O Programa do MFA, que o é também do Governo Provisório, aponta para o combate a alguns dos problemas que mais afectam o sector da educação e ensino. É dever de todos cooperar na realização desses objectivos, compreendendo a complexa situação política que vivemos e o papel do Governo Provisório.

Como disse o camarada Álvaro Cunhal no comício da Amadora, muitas vezes há a tendência para dar menos importância às vitórias alcançadas pelo nosso povo e pelas forças democráticas desde o 25 de Abril.

No sector dependente do Ministério da Educação e Cultura já alguma coisa se fez. Reviram-se os conteúdos do ensino, extirpando dos programas toda a ideologia fascista que os impregnava. Apoiaram-se as campanhas de alfabetização e prepararam-se novas iniciativas. Tomaram-se algumas medidas tendentes a melhorar a situação dos professores: pagamento nas férias aos professores eventuais ou provisórios do ensino secundário, que era cerca de 50 por cento do professorado; equiparação do número de horas de trabalho dos mestres e professores de Trabalhos Manuais aos restantes professores. Neste momento, encontra-se em estudo o reajustamento de leira do professorado. Criaram-se esquemas de participação dos docentes e discentes na definição da política educativa nacional, através dos seus legítimos representantes: Sindicato dos Professores e Associações de Estudantes.

A gestão democrática dos estabelecimentos de ensino é uma realidade. (O ensino primário que até agora era a única excepção, vai deixar de o ser, segundo pensamos, após a publicação de um despacho em fase de ultimização). Iniciaram-se alterações significativas no esquema de formação de professores, abrindo-se estágios pedagógicos do ciclo preparatório e do ensino secundário a cerca de duas vezes mais estudantes que o ano passado. Remodelaram-se totalmente as Escolas do Magistério Primário. A Universidade está em fase de total reestruturação.

Urge agora que o MEC encare de frente o problema do saneamento,

sem ambiguidades, afastando todos aqueles que pactuaram abertamente com o fascismo. Já muito se fez. Contudo, ainda se continuam a ver muitos fascistas à frente de serviços de extrema importância.

A luta por uma educação democrática num Portugal Democrático faz-se no dia-a-dia. O cumprimento do Programa do MFA e do Governo Provisório cria as condições necessárias para uma reforma geral e democrática do ensino.

DIA MUNDIAL DA INFÂNCIA

UMA CONQUISTA DO 25 DE ABRIL

De norte a Sul do País, pela primeira vez comemorado a nível oficial, o Dia Mundial da Infância foi vivido por milhares de crianças portuguesas. Este facto constitui ainda uma conquista da luta democrática, revolucionária do 25 de Abril e é índice da nova política governamental empenhada na resolução dos problemas mais prementes do Povo Português. As presentes condições políticas de consolidação da democracia, as medidas já tomadas pelo Governo Provisório e os projectos em curso levam-nos a confiar na efectivação de uma política económica e social que, tal como é enunciada no Programa do Movimento das Forças Democráticas, vise fundamentalmente as classes mais desfavorecidas do Povo Português.

Dessa política económica e social beneficiarão, particularmente, as crianças, homens futuros do País novo que as forças democráticas e populares em aliança com o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório não deixarão de construir, por mais árdua que a tarefa se afigure.

Excepcionando uma minoria privilegiada oriunda das classes detentoras do poder económico e político, a criança portuguesa foi sempre votada ao ostracismo durante o regime fascista.

Apreçoando o respeito pela pessoa humana, substituindo a ideia de criança um ser passivo, económico e político, a criança portuguesa foi sempre votada ao ostracismo durante o regime fascista.

Apregando o respeito pela pessoa humana, substituindo a ideia de criança um ser passivo, económico e político, a criança portuguesa foi sempre votada ao ostracismo durante o regime fascista.

Quando se não as crianças filhas das classes trabalhadoras sofreram as carceres abismais no plano escolar, a criança pobre e o outro? Quem senão essas mesmas crianças conheceram cedo a exploração no trabalho, sendo o seu emprego utilizado pelo Governo fascista como uma forma de diminuir o salário às classes operárias e dividir os trabalhadores?

Também neste domínio é pesada a herança que o fascismo legou ao Povo Português. Mas porque o desenvolvimento dos serviços de protecção à infância consistia, desde o início, num meio de aferrimento ao desenvolvimento das estruturas democráticas de uma sociedade, uma das preocupações do Governo Provisório, no seu programa, incide, com especial relevância, em medidas de assistência ao ensino infantil, nas quais se reconhece a necessidade urgente da criação de uma rede mínima de creches e jardins de infância. Neste mesmo programa, pela primeira vez em Portugal, é materializada a preocupação de «educação social» caracterizada que sob o fascismo levantava o anatema de subversivo e atentado à família... como se o regime fascista não tivesse demonstrado a sociedade que dele próprio vieram sempre os atentados à dignidade humana e, portanto, à família. Como se não tivesse ele próprio destruído a família através de uma guerra injusta que apenas interessava aos grandes monopólios nacionais e internacionais.

As medidas a estabelecer pelo Governo Provisório durante o seu curto período de vigência serão apenas alícerces de uma construção a edificar sobre os escombros legados pelo fascismo. Relativamente à protecção ao ensino infantil, o Ministério dos Assuntos Sociais está já empenhado no estudo de legislação relativa à maternidade. Nestes trabalhos colabora o Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas, organização que desde sempre incluiu nos seus objectivos de acção a assistência a um equipamento que sirva, efectivamente, o conjunto das crianças portuguesas e não apenas uma minoria privilegiada.

É possível ir mais longe e isso está, sem dúvida, nos projectos do Governo Provisório. Existe em Portugal uma lei de 1891 (que não foi revogada) segundo a qual as empresas industriais ou comerciais empreguem mais de cinquenta mulheres são obrigadas a manter creche privativa ou no caso de não disparem umas das outras mais de



300 metros a manter creches comuns.

Quando e onde se cumpriu esta lei no nosso país? Aparentemente, a lei não foi aplicada em novos moldes. Impediu-se que as mães, em plena integração na actividade produtiva e motor da sua participação política, se sentissem estimuladas, apoiadas no seu trabalho através da criação de uma rede ampla de creches e jardins de infância onde a criança encontrasse perspectivas para uma efectiva realização pessoal.

Da consolidação da Democracia depende uma infância feliz

Quando, ontem, os arautos do fascismo e, hoje, os saudistas do passado, os reacionários declarados ou encapados, acusam os comunistas de pretenderem roubar as crianças às mães, revelam um escamoteio duplo. No fundo, trata-se de uma absurda tentativa para fazer esquecer a política fascista, na qual a criança, pela sua própria vulnerabilidade, foi um dos elementos mais sacrificados. Entendem, por roubar as crianças às mães, a criação nos países socialistas de amplas redes de creches e jardins de infância onde o bem-estar e a educação infantil são uma realidade económica e humanamente.

De facto, os fascistas nunca «roubaram» as crianças às mães trabalhadoras... criaram, no decorrer de quase meio século de Estado corporativista-social creches para 4 em cada 100 crianças até aos 3 anos e jardins de infância para 7 em cada 100 crianças dos 3 aos 7 anos! Em 1972, para um milhão e meio de crianças, até aos 7 anos, existiam 376 jardins de infância que apenas abrangiam 18 985 crianças... se acrescentarmos a estes dados, as altas mensalidades deste tipo de estabelecimentos, temos a percepção correcta de quais as classes cujos filhos têm acesso ao ensino infantil, uma das necessidades básicas para um integral desenvolvimento das capacidades intelectuais da criança.

A situação democrática em que vivemos abre o caminho para uma sociedade onde a infância não seja mais um estorço da exploração que atinge o trabalhador. E neste contexto que festejamos, desde já, o Dia Mundial da Infância. Com a certeza de que as forças democráticas e populares saberão construir, com a sua unidade e a sua pujança, um País democrático e livre de onde esteja para sempre banida a raiz de todas as desigualdades, de todas as situações de miséria que estas atingem a criança, o adulto ou o velho. Um País onde não mais tenham lugar palavras como as do nosso camarada Soares Pe-

Não seria justo cair em generalizações. Mesmo entre a imprensa conservadora, da Europa e da América, entre aquela imprensa que tem como meta a venda de papel transformado em anúncios ou a defesa da economia dos monopólios, há excepções. Em Inglaterra, na França, na Alemanha, nos próprios Estados Unidos, grandes órgãos de Informação têm publicado editoriais e reportagens que reflectem a preocupação de oferecer aos leitores uma visão relativamente correcta da realidade portuguesa.

A regra é, contudo, outra.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO NO NORTE

AVEIRO — Cerca de 500 pessoas participaram no fim-de-semana passado, no dia 4, sexta-feira, a uma sessão de esclarecimento no Ginásio do Liceu de Aveiro, orientada pelo membro do Comité Central do Partido, Francisco Miguel. Na mesa encontravam-se os camaradas Manuel Pava (do Comité Regional das Beiras), João Lemos (Comissão Concelhia de Aveiro), Neves Amalal e trabalhador em Gamaelas) e João Miranda (operário da Boia e irmão do membro da célula de empresa). A introduzir foi feita uma biografia do camarada Francisco Miguel. Este começou por falar do 25 de Abril e do 28 de Setembro, focando a importância da consolidação da liberdade em Portugal, do ataque à reacção e do atraso em que o Povo Português se encontra. Fez também uma breve exposição sobre os pontos políticos e saudou o novo governador civil de Aveiro (cuja nomeação foi divulgada nesse momento). Seguiu-se um vivo período de esclarecimentos em que foi possível responder a várias questões relacionadas com o momento político, acerca do 5 de Outubro, das actuais posições do Partido e contra o Partido, etc. No decorrer da sessão deu-se um grande interesse por parte dos assistentes, que

MANOBRAS DE UM FASCISTA NO BRASIL

Brasília (Do nosso correspondente) — Os democratas portugueses do Brasil continuam preocupados com a lentidão e os erros do saneamento no serviço diplomático e nas grandes associações da colónia. O presidente da Federação das Associações Luso-Brasileiras é ainda o sr. Gomes da Costa, indivíduo que, durante anos, como principal editorista do semanário «Voz de Portugal», se destacou como o maior apologeta do fascismo e do colonialismo. Em dezenas de artigos, esse fascista insultou os redactores do «Portugal Democrático», especializando-se em denúncias, na esperança de que a política política brasileira perseguisse os patriotas que, em São Paulo, nunca deixaram de combater o regime derrubado pelas Forças Armadas e pelo povo no dia 25 de Abril.

Agora, segundo se informa nesta capital, Gomes da Costa tenciona deslocar-se a Lisboa, a fim de manter contactos com elementos do Governo Provisório, para tentar «negociar» a dívida da «Voz de Portugal», no valor de 900 contos. Esse passo, que continua adoptando uma linha extremamente reacçãoária (o seu novo herói era o general Galvão de Melo), foi, durante muitos anos, financiado pela Embaixada de Portugal. Parte da dívida, no montante de 600 contos, tem como fiador o fascista Henrique Tenreiro amigo pessoal de Gomes da Costa.

Sabe-se que o presidente da Federação das Associações Luso-Brasileiras mantém íntimos contactos com os licitantes ultra-reacçãoários da minoria branca de Moçambique. Um dia, um tal Cevadas, veio ao Rio de Janeiro, mas resolveu ficar. E um foi a TAP receber o dinheiro da passagem de volta foi precisamente Gomes da Costa.

Para atingir os seus fins, Gomes da Costa planeou agora oferecer os serviços da «Voz de Portugal» ao novo Governo Português. Os democratas portugueses do Brasil esperam que as manobras desse aventureiro obtenham a resposta que merecem. A poucos meses das eleições para a Constituinte, qualquer ajuda prestada a um jornal que durante anos foi um irmão gêmeo do «Agora» teria consequências políticas graves, especialmente se a futura lei eleitoral conceder o direito de voto aos emigrantes.

Infelizmente, as mudanças verificadas no serviço diplomático nem sempre têm correspondido — pelo menos no Brasil — ao que se esperava. O novo conselheiro da imprensa em São Paulo, o jornalista João Alves dos Santos, exaltou Marcelino Caetano durante anos o PALOC dista, injuriou durante anos o PALOC e o MPLA e o FRELIMO, e denunciou a imprensa brasileira como «comunistas» os exilados que combatem o fascismo.

UMA CAMPANHA DE CALÚNIAS

A «grande imprensa» não pôde ignorar o 25 de Abril e explorou exaustivamente todos os lados sensacionalistas de uma «revolta de capitães» que derrubara a mais prolongada ditadura do século. Mas, esgotado o filão, tomou partido, definiu-se ideologicamente. Escolheu heróis, inventou vilões, deu conselhos, apontou caminhos, fez profecias, passou dos sorrisos à amargura quando percebeu que o povo português prescindia de tutelas e não se deixaria desviar do rumo escolhido: o que leva à descolonização, à democracia e ao progresso, tendo como alícerce sólido a aliança entre as massas populares e o Movimento das Forças Armadas. Os «capitães», promovidos a maiores ou coronéis, são olhados com rancor. Não fizeram o que o imperialismo e a reacção internacional deles esperava.

A imagem dos acontecimentos do 28 de Setembro reflectida por certos jornais estrangeiros é um autêntico mostruário da conspiração externa montada contra Portugal, complemento lógico da intenção interna esmagada pelo MFA e pelo povo. Dir-se-ia que estamos a assistir a uma segunda edição da raivosa campanha de descrédito orquestrada contra o Chile, quando o imperialismo combatia o Governo da Unidade Popular com mentiras e calúnias antes de substituí-las por armas.

Desiludidos, os mesmos jornais e revistas que durante décadas só viram virtudes em Salazar, choram hoje lágrimas de crocodilo preocupados com o destino de uma Revolução onde «as flores murcharam ainda antes de abrir».

O coro das lamentações mostra-se afinadíssimo. Segundo o «Financial Times» porta-voz do capital financeiro britânico — a «Primavera portuguesa foi seguida de um Outono cheio de inquietudes». O órgão da City levanta o espectro da guerra civil, teme que o avanço do processo de descolonização seja prejudicado pela renúncia do general Spínola...

O «Daily Telegraph» — o diário londrino que sempre glorificou Salazar e fazia a apologia da guerra colonial — vai mais longe e esboça um quadro de apocalipse. Veste uma roupagem democrática para insinuar que a democracia está moribunda; empresta aos comunistas desenhos tenebrosos. E incita à guerra civil como único meio de impedir os marxistas de tomarem completamente conta do Poder.

Na França, a imprensa reacçãoária explora ainda mais o papão comunista, mutilando e deturpando o noticiário com um impudor total. A revista «Le Point» do tom, dedicando a sua capa ao 28 de Setembro, o golpe comunista. O diário «L'Aurore» — arquivo de entrevistas com Salazar e defensor perpétuo da «Argélia Francesa» — transforma a renúncia do general Spínola em epopéia de um herói que «preferiu a liberdade à ilusão de Poder na prisão dourada do Palácio Belém». O jornal que apoiava os terroristas do OAS fulmina os comunistas com a sua ira, alude ao «fulgurante e mortal tornado da guerra civil».

Nenhum desses respeitáveis órgãos de imprensa condena a manifestação da «maioria silenciosa», nenhum deles se mostra interessado pelos por menores da conspiração contra-revolucionária que visava destruir a democracia. Para

todos eles o perigo da guerra civil vem da mobilização popular que, na realidade, foi um dos factores decisivos que impediram o banho de sangue desejado pelos fascistas.

A técnica varia, mas o fim é o mesmo: apresentar Portugal como um país caótico e ingovernável. Para toda essa imprensa subitamente «democrática», só existe uma saída viável: uma ditadura «salvadora». «Agindo lance por lance» — escreve «Le Figaro», de Paris — António de Spínola virá, durante as últimas semanas, o seu prestígio e a sua autoridade atingidos pelos turbulentos oficiais do Movimento das Forças Armadas. Invertem situações, forjam notícias para atingir um objectivo transformado em obsessão: dividir as Forças Armadas, separar-las do povo, abalar o prestígio internacional de que o MFA goza hoje.

Na América, como era inevitável, a campanha é ainda mais histérica. Jornais que gostam de exibir uma fachada de decência, como o «Washington Post», nivelam-se na baixa dos boatos e interpretações aos pasquins da CIA, como o «US News & World Report», e os órgãos do capitalismo monopolista, como o «Business Week». A imprensa brasileira — com algumas honrosas excepções — bate todos os recordes em matéria de provocações. «O Estado de São Paulo», 250 páginas de anúncios na edição dominical — pinta um quadro de tragédia e profetiza que os portugueses não tardarão a sentir saudades de Salazar... Em correspondência enviada de Lisboa, o seu redactor Hermanno Alves — um ex-deputado de «esquerda», impedido de voltar ao Brasil — alinha uma impressionante coleção de mentiras e pontifica sobre o processo, numa linguagem que os energúmenos do «Bandarra» aprovariam. Segundo esse cavalheiro, 500 oficiais pediram a dissolução da Comissão Coordenadora do MFA e o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves assinou o comunicado — lido na madrugada de 28 pelo major Sanches Osório — que autorizava a manifestação da «maioria silenciosa». Os fascistas não dispõem de armas e os «coquetéis molotov» encontrados na sede do Partido do Progresso e as listas de armamento seriam meros episódios irrelevantes, destinados a alimentar a propaganda sensacionalista. Para o «O Estado de São Paulo», as promessas do 25 de Abril não estão sendo e não serão cumpridas.

A rede está montada. Como aconteceu contra o Chile. Mas os factos demonstram que as cassandras estrangeiras da contra-revolução tomam os seus desejos por realidades. Os cravos de Abril não murcharam e o flor descejar. Continuam em flor neste Outono luminoso, nas bocas dos fuzis e no coração do povo. Floresceram nas barragens, na jornada de trabalho voluntário, nos grandes comícios e manifestações populares, nas lapelas dos oficiais do MFA.

Mas o frenesi antiportuguês e antidemocrático da imprensa estrangeira reacçãoária não deve ser subestimado. O fascismo sofreu outra derrota no País, mas conta com poderosos apoios externos para voltar à carga e articular novas conspirações. A campanha de ódio e calúnias de certos órgãos da grande imprensa internacional vale por uma advertência. O reforço da unidade, a vigilância popular, a solidez da aliança entre as massas e o MFA são absolutamente indispensáveis ao avanço do processo de democratização.

O QUE É O COMUNISMO?

Tradução de Egito Gonçalves

O capitalismo, hoje / O comunismo, amanhã / Os diversos sentidos da palavra comunismo.

A luta da classe operária / Os aliados da classe operária / A missão da classe operária / As formas de passagem ao socialismo.

O período de transição do capitalismo ao socialismo / A estrutura económica da sociedade / A expropriação dos expropriadores / A classe operária e a indústria / O campesinato / A colectivização da agricultura / Velhos e novos intelectuais / A luta de classes.

O socialismo / A propriedade social e as suas formas / Produção com vista ao bem-estar e planificação / O trabalho em regime socialista / O socialismo e a cultura.

A passagem do socialismo ao comunismo / A base material e técnica do comunismo / Tudo pelo homem, para o bem do homem / Trabalho físico e trabalho intelectual / O desenvolvimento em todo o sentido da democracia / A construção do comunismo, obra de paz.

O que é um partido? / O partido operário de tipo novo / O partido comunista, força autenticamente nacional / A unidade necessária para a democracia e para o socialismo.

Colecção SITUAÇÕES / preço provável, 40\$00

EDITORIAL INOVA/APARTADO 466/PORTO

DISTRIBUIÇÃO PARA CENTROS DE TRABALHO DO PCP, ORGANISMOS POLÍTICOS E VENDA DIRECTA:

AVANTE — Av. Santos Dumont, 52, 2.º — LISBOA

ASSINA O "AVANTE!"

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DE ÁLVARO CUNHAL

(Continuado da 1.ª página)

mos pela libertação destes povos e pelo reconhecimento do seu direito à independência, é com grande alegria que vemos em Moçambique os soldados portugueses, os soldados do antigo exército colonial, hoje soldados do exército do 25 de Abril, lutarem ao lado dos soldados da FRELIMO, cujos representantes, cujos dirigentes já se encontram no Governo transitório de Moçambique.

A luta de libertação dos povos que estavam submetidos ao colonialismo português, a direcção desta luta pertencem aos partidos revolucionários dos povos respectivos. Não nos cabe a nós, portugueses, intervir nas formas da sua organização política. É uma questão que lhes compete a eles, em que eles são completamente soberanos. Isto, de certo modo, pode responder a determinadas notícias que deram há tempos agências estrangeiras, e que tiveram mesmo reflexos na imprensa portuguesa, segundo as quais teria sido formado um partido comunista num destes territórios com o auxílio do Partido Comunista Português. Esta notícia, naturalmente, não corresponde à realidade. Nós não conhecemos neste momento a existência

de nenhum partido comunista nos países que estavam ou que estão submetidos ao colonialismo português e não conhecemos quaisquer projectos a este respeito. Temos muito boas relações com os três partidos revolucionários que têm conduzido a luta de libertação nacional, ou seja, com o PAIGC, na Guiné-Bissau, a FRELIMO em Moçambique, e o MPLA, em Angola. Como a experiência nos tem mostrado, estes três partidos estão em condições de conduzir a libertação dos seus próprios países. Isto corresponde, creio, a uma pergunta feita pelo «Notícias da Lourdeza Marques».

O caso de Cabo Verde é complexo. De momento não quero avançar muito em considerações em relação à situação em Cabo Verde. Mas se, no caso de Cabo Verde, for respeitado o princípio do reconhecimento do direito dos povos de decidirem do seu destino se for respeitado o direito dos povos à independência (e nós queremos confiar que um e outro serão respeitados) então não há razões para pensar que o caso de Cabo Verde possa criar dificuldades entre o Governo português e o da Guiné-Bissau, como pergunta o representante de «O Seculo».

das Forças Armadas e, concretamente, qual será o papel das Forças Armadas para além da Assembleia Constituinte. A este respeito numa entrevista que eu dei ao «Le Monde» há uma resposta que foi publicada (talvez por desatenção na revisão) que pode criar algum equívoco. Por isso, respondo gostosamente às perguntas da Agência Ansa de Roma e ao «Notícias da Amadora».

O futuro do Movimento das Forças Armadas é o próprio Movimento das Forças Ar-

madadas que o há-de decidir. O papel das Forças Armadas não terminará com a Assembleia Constituinte. De qualquer forma, a defesa para garantir a segurança externa e, no que respeita à segurança interna, certamente, também terá um papel a representar. Mas, no que respeita ao MFA, à sua sobrevivência para além da Assembleia Constituinte, caberá ao próprio MFA decidir esta questão. Temos confiança em que ele encontrará a solução correcta que sirva os interesses do nosso país.



- A liberdade sindical
- O papel da juventude

Ainda sobre os aspectos políticos da situação e da organização do movimento popular democrático, pergunta-se como se considera a pretensão ou a ideia de certos grupos e partidos políticos organizarem tantos sindicatos quantos os partidos ou grupos políticos. O gabinete de Imprensa da Intersindical nacional pergunta qual é a opinião do Partido Comunista Português sobre esta questão.

Na situação actual, nós pensamos que o aspecto essencial da liberdade sindical que há que garantir é o amplo funcionamento democrático dentro de cada sindicato: a plena independência de decisão dos trabalhadores dentro dos seus sindicatos, a liberdade de decidirem da orientação do sindicato, decidirem de toda a sua acção, decidirem de todos os problemas relativos à gestão, de escolherem livremente os seus dirigentes, sem gerências estranhas, sem pressões, sem intervenção do Governo, sem pretensões de «controlo» nem autorizações do Governo, e naturalmente, ainda muito menos sem quaisquer intervenções do patronato. Isto são aspectos fundamentais no momento actual da liberdade sindical que é necessário assegurar.

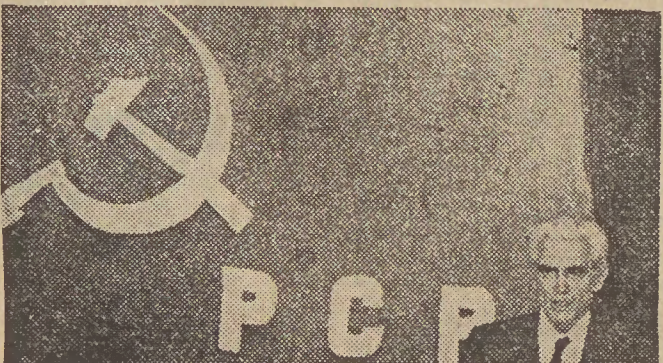
Nós defendemos também a unidade sindical. Isto significa que se num determinado sindicato os membros do Partido Comunista não conseguem ganhar os trabalhadores para a sua orientação, se a sua opinião é minoritária, se as direcções destes sindicatos não são apoiadas pelos comunistas deste sindicato, apesar disso, nós continuamos nesse sindicato. Não quebramos a unidade sindical nesse sindicato e esforçamo-nos para reforçar a unidade dentro dele, a unidade dos trabalhadores na defesa dos seus interesses. Não iremos criar ao lado um sindicato paralelo dos comunistas. Gostaríamos que as outras forças políticas portuguesas considerassem também desta maneira a unidade sindical. Pensamos que não aproveitaria a ninguém, e muito menos aos trabalhadores, se se formassem tantos sindicatos

quantos os partidos políticos, se cada partido passasse a ter o seu aparelho sindical para desenvolver uma actividade política.

Falando aqui entre nós. É um pequeno segredo... Há partidos que não têm nenhum contacto com a classe operária, com a classe trabalhadora. Nem pouco nem muito, não têm nada. Procuramo-los na classe operária, mas não os vemos, eles não estão lá! E então são alguns desses partidos que pretendem agora, a coberto da defesa da liberdade sindical, constituir sindicatos e uma central sindical! Não nos parece que defendam mais a liberdade sindical do que nós defendemos. Os trabalhadores, naturalmente, julgarão das orientações, mas nós pensamos que não é de facilitar a proliferação dos sindicatos e que, na situação actual, a divisão, a multiplicação dos sindicatos, não seria favorável nem à luta dos trabalhadores, nem à consolidação da democracia em Portugal.

Ainda em relação às forças populares, deve reconhecer-se o papel importantíssimo da juventude, a juventude trabalhadora e a juventude estudantil. E a juventude militar. Este processo revolucionário que nós vivemos deve-se em larga medida à acção da juventude. As Forças Armadas estão orgulhosas dos seus jovens capitães e justamente orgulhosas. E podemos dizer que todo o nosso povo está orgulhoso, sente-se orgulhoso, e também o mundo do trabalho, o povo trabalhador e o povo em geral, se sentem orgulhosos dos seus combatentes, dos seus militantes jovens.

Creio que é absolutamente justo referir o papel que apresentou a juventude nos últimos acontecimentos, na iniciativa e na acção com vista a impedir a marcha sobre Lisboa e por isso respondo à pergunta que faz o jornal «UEC» acerca do papel dos estudantes: se o papel dos estudantes é importante. A resposta é só uma: É muito importante. Junto com a juventude em geral, com a juventude trabalhadora, juntamente com todo o nosso povo.



- O PCP, defensor da liberdade
- Acção da CIA?

A reacção internacional não vê naturalmente com agrado a vitória da democracia em Portugal.

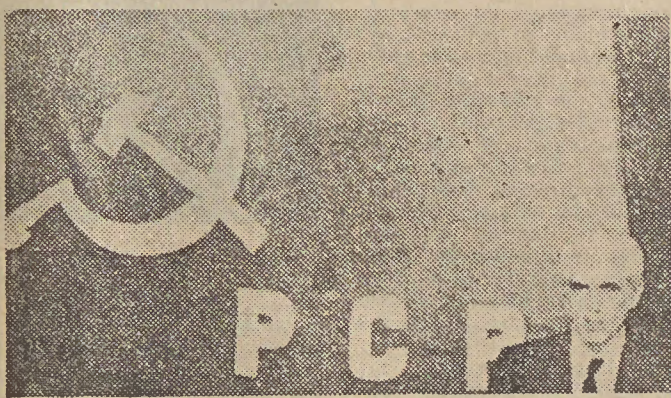
Diz-se muita coisa no estrangeiro acerca dos perigos que existem em Portugal, enfim, para Portugal, e mesmo, também, para a paz e para a segurança dos países ocidentais. Todos sabem bem que muitas vezes se apresenta o

Partido Comunista Português com duas faces: aquela que está à vista, e que seria a cara do bom, e outra que estaria escondida, que seria a do mau. O Partido Comunista faria declarações tranquilizadoras, mas ao mesmo tempo, aproveitando a sua experiência de trabalho clandestino, estaria desembarcando armas e preparando o assalto ao Po-

der, naturalmente com o sacrifício das outras forças democráticas. Ora isto são histórias, mas contam-se e escrevem-se, e os jornalistas sabem bem que estas histórias se contam e se escrevem.

Vou comunicar-vos também um outro segredo. O Partido Comunista não tem armas, está desarmado. Mas em Portugal há armas para defender a revolução democrática e é necessário que haja estas armas para defender a revolução democrática. Essas armas estão em boas mãos, nas mãos do Movimento das Forças Armadas. O nosso povo não precisa de outras armas para defender a revolução democrática do nosso país nas condições actuais.

Quando o Partido Comunista declara que os seus objectivos fundamentais no momento presente são a defesa e a consolidação das liberdades, a realização livre de eleições para uma Assembleia Constituinte, a instauração de um regime democrático escolhido pelo próprio povo, é a política real do nosso partido. Não temos qualquer outra política, uma política escondida. E os factos têm provado, e continuarão a provar, que os comunistas são os mais consequentes defensores das liberdades democráticas. Quer dizer, não apenas as liberdades democráticas para eles comunistas, mas as liberdades democráticas para todas as forças progressistas, as liberdades



- O Congresso do PCP
- O PCP, partido nacional e internacional

Sobre o Congresso do meu Partido. Os partidos têm uma actividade legal, mas não estão ainda legalizados. Não têm ainda personalidade jurídica. E sabido que temos vivido numa situação de liberdade, de facto, resultante do acto revolucionário do 25 de Abril. E não somente, também, por acção das massas populares, logo após o 25 de Abril, que em aliança com as Forças Armadas, instauraram de facto as liberdades democráticas essenciais no nosso país. Agora trata-se de institucionalizar essas liberdades, e tornar a liberdade de facto numa liberdade de direito. Não é tarefa fácil, tendo em conta a grande coligação de forças que está empenhada no processo de democratização e as ideias diversas que pode haver entre estas forças acerca do que é a liberdade de imprensa, do que é o direito à greve, do que deve ser a liberdade sindical, do que devem ser os partidos políticos. Daí, portanto, ideias diferentes, por vezes contraditórias, acerca das liberdades e do seu exercício. Isto quer dizer que as leis que institucionam as liberdades são em muitos casos soluções de compromisso, que têm uma aprovação mais ou menos larga das forças componentes da coligação. Quer isto dizer que nós, por exemplo, comunistas, não estamos satisfeitos com todas as leis que institucionalizam as liberdades. Temos os nossos pontos de vista, discutimos, batalhamos. Mas, quando as soluções não são aquelas que defendemos, esse facto não significa que passemos à oposição e passemos a combater o Governo

de democráticas para todo o nosso povo. Nós lutamos por um Portugal democrático e defendemos que nesse Portugal democrático possam ter voz, organizar-se e agir, todos aqueles que queiram viver em liberdade e que respeitem e defendam essa liberdade.

Portanto, não há razões para inquietação, sobretudo no estrangeiro, acerca dos perigos que correria a liberdade em Portugal pelo «perigo comunista». O único perigo que pode haver para a liberdade é o da conspiração contra-revolucionária e, eventualmente, de intervenção de forças que no Mundo podem ver com maus olhos a democracia em Portugal.

Tem-se falado muito acerca da intervenção do estrangeiro, tem-se falado muito na CIA. O «Sempre Fixe» e a «República» perguntam o que é que há, que provas existem em relação à presença em Portugal e à intervenção de agentes da CIA.

Eu não tenho provas para vos apresentar. Não sei se foi preso algum agente da CIA em Portugal. Desconheço. Mas há muitas notícias. Há muitas coisas que se dizem, mesmo muitas. E muita informação que aparece dum lado e doutro, e de muitos lados. Diz-se que não há fumo sem fogo. Se isto é real, há tanto fumo, tanto fumo a este respeito, que temos que concluir que certamente também haverá fogo.

» fazem perguntas acerca do congresso. Não estou em condições de dar uma informação sobre o número de delegados, sobre a presença da Imprensa. Não estou em condições de lhes dizer se será ou não permitido à Imprensa assistir aos trabalhos. Mas há

que sempre lutou pelos interesses do povo trabalhador e pelos interesses da nossa Pátria, mas nós consideramos que a classe operária de um país não tem interesses diferentes nem interesses contrários à classe operária dos outros países. Os interesses, as

Texto integral da conferência de Imprensa realizada no Clube Atlético de Campolide no dia 8 de Outubro de 1974

uma coisa que vos posso dizer das características gerais deste congresso. Nós realizamos até hoje seis congressos do Partido Comunista: dois antes do golpe fascista de 1926, quer dizer: congressos legais. O segundo, mesmo no próprio dia em que estavam já em movimento as tropas para o golpe fascista, em 28 de Maio de 1926. Realizamos quatro congressos na clandestinidade. Ainda hoje não é do conhecimento público onde foram realizados, fácil de compreender a complexidade dos problemas que foi necessário resolver para conseguir com segurança realizar quatro congressos na clandestinidade. Talvez um dia o Partido Comunista venha a contar e a tornar público como foi a organização dos seus congressos, onde se realizaram, enfim, tudo isso, um dia virá a ser contado.

Este primeiro congresso do Partido Comunista, realizado depois de cerca de meio século de clandestinidade, queremos que tenha lugar à luz do dia. Não sei se o congresso será feito de portas abertas. Mas, certamente, não será com as portas fechadas. Tenho esperança que a Imprensa possa acompanhar os trabalhos do congresso.

O Partido Comunista Português é um Partido que tem as suas origens, as suas raízes e a sua força na classe operária e nos trabalhadores de Portugal. É um partido

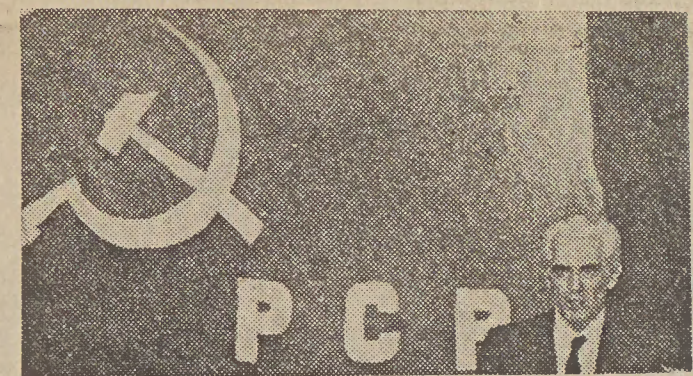
aspirações e os objectivos da classe operária portuguesa são os mesmos interesses, objectivos e aspirações da classe operária de outros países.

Esta, a base do internacionalismo proletário, da solidariedade recíproca entre os operários de todos os países, das relações fraternais existentes entre os partidos comunistas e operários.

Nós somos um Partido independente e soberano e ao mesmo tempo consideramos um destaque do movimento comunista internacional. O «Jornal do Brasil» pergunta quais são as relações entre o Partido Comunista Português e outros partidos comunistas europeus. Temos boas relações com outros partidos comunistas europeus e não europeus, relações de solidariedade e de amizade, que não excluem, mas, pelo contrário, confirmam, a independência de cada partido.

Creio ter respondido a todas as perguntas... Não, não estou a falar verdade. Há de facto duas perguntas a que não respondi directamente mas talvez indirectamente tenha também respondido a elas. Se na verdade consideras insuficientes as respostas, peço para fazerem perguntas complementares. Com todo o gosto procurarei responder.

(Alguns jornalistas fizeram então mais algumas perguntas a quem foram dadas as respostas seguintes.)



- Ainda a manifestação de 28: armas e partidos

Sobre o 28 de Setembro. Em primeiro lugar, as barreiras não tinham apenas como objectivo apanhar armas. As armas foram um elemento complementar que apareceu na preparação da manifestação da «maioria silenciosa». A marcha previa outros números: por exemplo, tractores. Os grandes proprietários agrícolas reaccionários chegaram a anunciar a marcha sobre Lisboa de milhares de tractores. Havia também populares no Norte do País preparados para visitar Lisboa com bilhetes gratuitos, viagem paga, e um pouco de inocência, na ideia de virem fazer um passeio sem quaisquer objectivos políticos condenáveis. Mas esta mesma marcha, ainda que fosse muito pacífica e muito inocente nos seus ob-

jectivos exteriores, mesmo que assim fosse, procuraria aparecer diante do Palácio de Belém como a expressão da vontade do povo. Pedindo a intervenção do Presidente da República para salvar o País do caos e da anarquia e para tomar nas suas mãos o destino do País.

Até aqui parece que não há nada de perigoso. Mas esta manifestação seria enquadrada por forças reaccionárias organizadas, e é de supor que tinha complicitades. Pelo que se viu, e as barreiras mostraram, esse enquadramento de fascistas organizados não estava apenas em Lisboa mas convergia da província.

Não é a quantidade de armas que justifica essas barreiras, mas a própria acção que estava em curso. Pelas armas apreendidas, viu-se que a manifestação não era tão pacífica como pretendia. Mostrou-se à evidência as características que se queria imprimir à «manifestação».

Hoje, procura-se mostrar que esta «manifestação» era uma «manifestação inocente» e que, no fim de contas, esses partidos, que foram proibidos, o Partido do Progresso, o Partido Nacionalista, o Partido Liberal, eram partidos que legitimamente exerciam as liberdades democráticas. No entanto, a tropa, os soldados foram às sedes desses partidos e encontraram instalações de interesse. E também armas e listas de armas. Tratava-se, sem dúvida, de um projecto de subversão. Encontraram-se armas, documentos, instalações técnicas, etc., que tinham muito pouco que ver com uma actividade política normal. Isso conhece-se dos jornais. Tudo isso é conhecido. Aliás, os documentos que eles publicavam são bastante esclarecedores. Aconselho, se me permitirem, aos jornalistas estrangeiros, que se encontram nesta sala, se por acaso não conhecem a documentação oficial destes partidos, quer dizer, os documentos que eles publicaram, que assinaram, procurem conhecê-los. Eles esclarecem mais do que aquilo que eu possa aqui dizer.

Novos livros Estampa

- MELMOTH I e II Vol. Charles Maurin Coleção Biblioteca Clássica Preço 60\$00 cada
- NEO-FASCISMO E IDEOLOGIA DO DESEJO Michel Clouscard Coleção Teses n.º 9 Preço 50\$00
- PENSAMENTO POLÍTICO II Umberto Cerroni Coleção Biblioteca Estampa n.º 10 Preço 70\$00
- A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO José M. Vegara Coleção Biblioteca de Economia n.º 9 Preço 70\$00
- UM ANO DE FASCISMO NO CHILE Coleção Práxis n.º 26 Preço 40\$00
- EDITORIAL ESTAMPA Rua da Escola do Exército, 9, r/c, dto. Telefone 555663 - Lisboa 1

livraria LEITURA

QUINZENA DO LIVRO MARXISTA E DO LIVRO DE ESQUERDA PORTUGUÊS

- POLÍTICA SOCIOLOGIA FILOSOFIA - RELIGIÃO HISTÓRIA ECONOMIA DIREITO EDUCAÇÃO E ENSINO ENSAIO E CRÍTICA LITERÁRIA ARQUITECTURA E URBANISMO

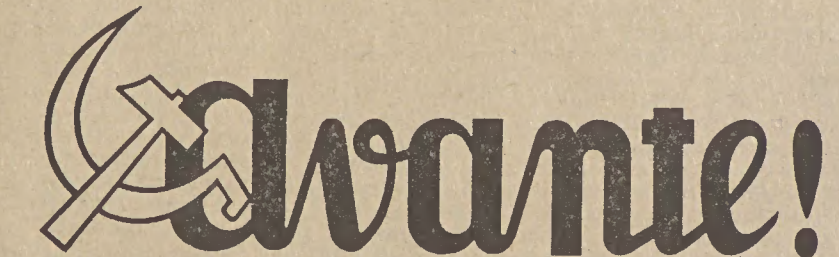
1 a 15 de Outubro 1974

GALERIA DA LIVRARIA LEITURA/PORTO RUA DE CEUTA, 89

POSTER 25 de Abril

Pedidos a Editorial Avante Av. Santos Dumont, 57, 2.º — LISBOA

LÊ E ASSINA



Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao «Avante!» - Av. António Serpa - 26-2º Esq. - Lisboa-1

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

TRABALHO PARA UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO

(Continuado da 1.ª pág.)

A meio da manhã, Lisboa parecia viver um dia igual aos outros. Um dia útil. Tudo funcionou: os Ministérios, o comércio, a indústria, os jornais, o porto, os bancos e pequenas actividades artesanais. O movimento no metro, nos autocarros, nos eléctricos era o habitual. Nos quartéis também não houve descalço.

Mas a semelhança com uma jornada de rotina era apenas aparente. Lisboa proporcionava ao observador atento os espectáculos mais inéditos. Nas ruas e no interior de centenas de edifícios desenrolavam-se cenas já mais vistas.

Na Rotunda, por exemplo. Na placa central em volta do monumento, havia um formigueiro de gente, desenvolvendo intensa actividade. Eram os trabalhadores da Ferrometal. Na véspera haviam decidido formar uma brigada para limpar o pedestal e a estátua do marquês. Uma decisão unânime: nenhum guardaria para si o salário do dia. O produto do trabalho seria destinado a um fim de interesse colectivo. Carregaram consigo máquinas apropriadas, mangueiras, produtos químicos, areia. E entregaram-se à tarefa com entusiasmo. Em poucas horas, aquilo que os serviços públicos de limpeza levariam dias a fazer foi executado com perfeição. Dezenas de transeuntes, primeiro sorridentes e depois entusiasmados, ofereceram a sua colaboração e ajudaram também a mudar a cara ao monumento. O pedestal recuperou a sua cor, os leões ficaram brilhando, as inscrições, os cartazes desapareceram. Pombal parecia agradecer.

«Um monumento nacional, quando tem algum significado, deve merecer respeito — dizia um operário da Ferrometal. — Se neste país existe agora liberdade de imprensa, porque tinham de usar o pedestal de uma estátua como painel de anúncios. Se esses meninos que gastaram tanto «spray» nas suas pinturas imbecis, mascarados de revolucionários, tivessem de limpar a sua obra, não teriam sequer saído de casa.»

No Rossio, houve também limpeza geral. A estátua de

o trabalho, mas ficaram car-
rancudos; dobraram-se à von-
tade popular.

«Eu passei aqui um mês internado — disse ao «Avante!» um mecânico de cabelos brancos. — Além do sofrimento físico sofri por ver a sujidade inútil, as telas de aranha, as coisas que podiam e deviam ser feitas para conforto moral dos doentes e que ninguém fazia. A ajuda de fora era hipocrisia, a caridade das senhoras perfumadas das associações fascistas, a caridade das festas de beneficência. Sei perfeitamente que o dia de hoje não mudará coisa alguma pois o problema é a reforma de toda a estrutura hospitalar, mas o nosso esforço tem um valor simbólico. Esse, sim, reconforta os doentes, os médicos, as enfermeiras, os pequenos funcionários.»

No Hospital Miguel Bombarda, os voluntários realizaram também, dentro do possível, uma limpeza de alto a baixo. No Hospital de Santa Maria, os doentes tiveram uma surpresa. Barbeiros e cabeleireiros apareceram, entraram pelas enfermarias, para lhes cortar ou arranjar os cabelos.

«Talvez não fosse necessário — disse ao «Avante!» uma jovem cabeleireira. — Mas entendemos que, para muitos de nós, o 6 de Outubro teria menos importância se não demonstrássemos a nossa solidariedade ao MFA e ao Governo Provisório com clareza. Eu não sou uma operária, mas estou com os operários, vibrei com o discurso do brigadeiro Vasco Gonçalves no domingo passado e trabalhei hoje, aqui, respondendo ao apelo e condeno as manobras da reacção.»

O balanço do dia, nos hospitais, foi, aliás, tão positivo que um funcionário administrativo, ao manifestar no final a sua gratidão, sugeriu a organização de brigadas permanentes de trabalho voluntário que oferecessem todas as semanas algumas horas. A sugestão envolve problemas delicados, mas traduz o mérito de uma iniciativa incomum.

Uma consequência do 6 de Outubro: as vassouras quase se esgotaram em Lisboa. Da 2.ª e 4.ª Zona de Limpeza nunca antes haviam saído tantas vassouras, tantas pás, tantos carrinhos. Os bombeiros, em vários bairros, regaram ruas, recolheram as folhas e detri-

moradia decente a todos. O que é válido para o colonialismo também o é para esta gente. Um povo não pode sentir-se verdadeiramente livre enquanto o preço da riqueza de uma minoria for a sobrevivência de bairros como este. Sabe uma coisa: eu nunca tinha visto um bairro de lata. Descobrir esta realidade não é o mesmo que ler um artigo ou ver imagens na televisão. A cor, o cheiro, a tristeza das pessoas não são transmissíveis. Mas nada disto preocupa a reacção.

Flores, cultura e trabalho

Na CP, sendo igual, o trabalho foi diferente. Como em todo o lado. Quando o ministro do Trabalho e os subsecretários do Trabalho e do Emprego chegaram à estação a meio da tarde foram aclamados pelos trabalhadores entre os quais havia pessoal da linha do Estoril. O Exército e o Povo farão um País novo, gritaram os ferroviários. E logo depois: O Povo está com o MFA.

«O facto de vos terdes associado a esta jornada de trabalho dá-nos a certeza de que estais conscientes do momento que vivemos», acentuou o capitão Costa Martins.

Nas grandes oficinas da CUF, no Barreiro, e nas instalações da Sorefame na Amadora, o ambiente era semelhante.

Nunca em Portugal o trabalho foi tão espontaneamente transformado em festa. Nos momentos de descanso, os ferroviários recordavam o passado, faziam parolcos, cantavam episódios ligados à resistência antifascista. Então não havia diálogo, mas opressão, hipocrisia e violência. Quando Salazar pedia trabalho gratuito para financiar a guerra colonial a resposta era NAO.

Hoje trabalhamos com vontade, com alegria. Nos tempos da FNAT só havia tristeza e revolta, comentou um agulheiro.

No Rossio, o «Avante Camarada» e «Grândola Vila Morena» foram entoados pelos ferroviários que empunhavam cartazes.

Para amargura dos profetas das flores murchas, os cravos vermelhos reapareceram aos milhares nas faixas.

E não foi apenas no Rossio que a cultura veio para a rua, trazida ao povo pelos trabalhadores intelectuais. A

Conseguiram recuperar cerca de 80 carros roubados, 56 dos quais em Lisboa. E a influência de um estado de espírito colectivo. Se fossem menos displicentes e trabalhassem assim todos os dias... — dizia o dono de um automóvel encontrado. — Também há gente boa na PSP. Os que estavam de folga quiseram trabalhar.

Em muitos estabelecimentos de ensino trabalhou-se. Não houve aulas pois o ano lectivo ainda não começou, mas professores e alunos encontraram as formas adequadas para manifestar a sua adesão ao apelo do Governo

gestos de alto valor simbólico. Os funcionários da Cidra, por exemplo, enviaram a meio da tarde, uma merenda para o Quartel-General. O pão misturado com os cravos de Abril.

As operárias da Texemalha, em greve há vários dias, por se recusarem a aceitar o despedimento abusivo de 11 companheiras, entre as quais quatro delegadas sindicais, decidiram trabalhar. Embora estejam em greve — explica uma delas — não quisemos deixar de estar com todos os trabalhadores num dia destes. Outra acrescentou: Como o patrão fez o «lock out» e

celas de Portugal e das colónias foram eles. As massas trabalhadoras batem-se por um Portugal onde todos produzam e todos sejam remunerados de acordo com o seu trabalho por um Portugal livre e democrático.

Todos o Ribatejo aliás, se integrou no espírito do 6 de Outubro, transformando o trabalho voluntário em festa popular. Nas cidades, nos campos, nas aldeias, nos Torres Novas, imitando o Entroncamento, acabou a jornada com um grande comício a que assistiram 4000 pessoas. A partir das 17 horas começaram os desfiles de tra-

ções que estão no coração do povo. A jornada terminou com um comício unitário na Praça do Bocale.

Usaram da palavra Francisco Lobo, pelos trabalhadores do IMA e membro da comissão administrativa da Câmara Municipal de Setúbal; Rogério Severino pelo PS; José Orlando, pelo PPD; Faria Inácio, pelo MDP; e Odele Santos pela Câmara Municipal. Em nome da DORS, falou o camarada Carlos Domingos. Depois de fazer um vibrante apelo à unidade e de analisar a significação da gloriosa jornada de trabalho construtivo como prova da real maturidade política do povo trabalhador, declarou: A vitória recente sobre o golpe reaccionário em 28 de Setembro abre amplas perspectivas para o avanço do sentido da implantação de uma completa democracia. Abre o caminho para a luta decidida contra o domínio dos monopólios e dos latifundiários. Abre o caminho à luta pela eliminação definitiva das últimas sequelas do fascismo na nossa terra.

Os trabalhadores — cerca de 15 000 — desfilaram, no final do comício, pela Av. Luís Todi, em direcção ao Quartel-General do Regimento de Infantaria 11 onde aclamaram o MFA.

Em Moscavide e Alhandra

Em Moscavide, a «operação limpeza» contou com a cooperação de trabalhadores, donas de casa e estudantes.

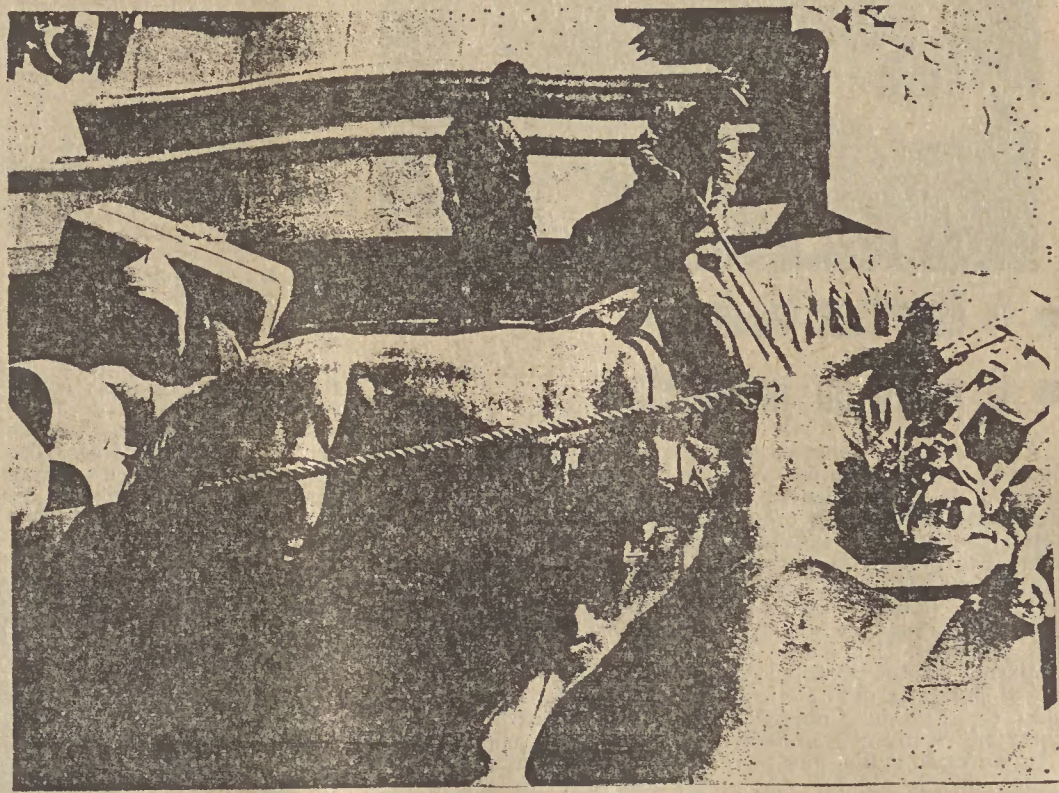
Mas os operários e operárias da Fábrica Nacional de Munições de Armas Leveiras não se contentaram com a sua participação massiva na grande jornada. Quando terminaram o trabalho e ainda com os fatos-macacos vestidos, desfilaram pela Av. de Moscavide, empunhando cartazes alusivos ao significado do dia. A reacção foi variada, o MFA aplaudido. A manifestação teve-se em frente do Centro de Trabalho do PCP onde a massa cantou o «Avante Camarada» e o hino nacional, entre novos vivos ao MFA e ao PCP. O camarada Ramiro evocou factos ligados à frustrada conspiração reaccionária e ao seu desfecho, extraindo as lições neles implícitas, terminando com um apelo ao reforço da unidade entre o povo e o MFA. A festa popular findou no campo do Clube Desportivo dos Olivais, onde, a pedido da multidão, o camarada Ramiro falou novamente, dirigindo uma saudação especial às forças do COPCON do RAL, que, juntamente com a população de Moscavide e de Sacavém, exerceram a vigilância nas barragens da auto-estrada e da ponte, da segunda daquelas localidades.

Em Alhandra, terminada a jornada de trabalho voluntário, os operários e operárias da Cimiantos, Cimento Tejo e Macol, da Cima, da Sonadel e Penteação de Lás, da Iberol Copaz, das Moagens Associadas, da Cintidela e da Previdente, dirigiram-se em cortejo para a Praça 7 de Março.

Foi o começo de mais uma festa popular. Durante duas horas a massa — mais de 6000 pessoas — desfilou pelas ruas da vila cantando o «Avante Camarada» e «Grândola, Vila Morena». Em frente do Centro de Trabalho do PCP, e das sedes do MDP e do PS, o povo deu largas ao seu entusiasmo, gritando «slogans» contra a reacção e dando vivas ao MFA. Unidade! Unidade! Foi a palavra mais repetida.

Pelo Baixo e Alto Alentejo, assim como pelo Algarve, a jornada de trabalho voluntário foi um êxito absoluto. Onde a conspiração dos grandes agrários é responsável pela ausência de oferta de trabalho, os operários agrícolas inventaram mil formas imaginativas de realizar coisas úteis em benefício da massa dos oprimidos. Até de pequenas aldeias como o Garvão, nos chegamos notícias do que o povo fez, desde a limpeza das escolas à caiação das casas, passando pelo amanho dos poços de água potável. Não citamos as províncias uma por uma, porque em todas o clima de participação voluntária e entusiástica foi semelhante, como semelhante foram as tarefas exactas, para além do cumprimento da rotina. Em parte alguma, entretanto, o entusiasmo gerou ilusões ou amorteceu a consciência e a vigilância populares. A adesão em massa dos trabalhadores ao apelo do Primeiro-Ministro demonstrou a força da aliança entre as massas e as Forças Armadas, reafirmou a confiança que têm no cumprimento do Programa do MFA o seu apoio à política de saneamento, de descolonização, de destruição das estruturas fascistas, de democratização do País. Mas, através das próprias formas, através das próprias palavras, através das próprias acções, tomaram a soberania igualmente deixar muito claro que a reconstrução do País não se esgota nesse mesmo esforço. Ela só será uma realidade se a reacção, derrotada no 28 de Setembro, for tratada como merece. Os detentores do grande capital financeiro, as grandes empresas monopolistas não podem viver como antes, aziz como antes.

A nação mostrou que confia no seu futuro e no seu destino. A jornada de trabalho voluntário foi um acto de confiança e um voto de confiança no Governo Provisório, o acto concreto de trabalho pedido pelo Primeiro-Ministro. A tarde quando deu uma volta pelo Rato e pela Rotunda, desceu a Avenida da Liberdade e a Rua do Ouro, o brigadeiro Vasco Gonçalves viu e compreendeu. O povo disse Não a reacção e Sim ao seu Apelo. Acreditou no compromisso assumido pelo MFA no 25 de Abril e reafirmado no 28 de Setembro.



Provisório. Uma delas foi a limpeza — em alguns casos, pintura de salas e arranjo de carteiras — dos liceus. Em São João do Estoril uma brigada de voluntários plantou 100 árvores nos espaços livres do Liceu Nacional de Cascais. Em toda a linha do Estoril as inscrições reaccionárias, particularmente abundantes, foram apagadas e os cartazes arrancados. Num dos seus baluartes a minoria sediciosa sofreu mais uma derrota.

A Universidade também participou na grande jornada. Na velha Faculdade de Ciências, até catadricais envergando balas, empunharam vassouras e pás. O Jardim Botânico, tão abandonado, animou-se. Mestres e alunos realizaram ali a maior limpeza de todos os tempos.

No Porto de Lisboa, a azaram-se ao trabalho mais de mil descarregadores. Mas apenas 400 encontraram ocupação. Alguns dos presentes faziam de uma manobra dos armadores, relacionada com questões salariais; mas fundamentalmente, destinada a torpedear, de maneira indirecta, a adesão dos portuários ao apelo do Primeiro-Ministro. «Que fique bem claro — gritava um descarregador. — Nós estamos com o MFA.»

A RTP também cooperou com entusiasmo. Transmitiu um programa especial: Um Dia de Trabalho. Ao regressarem a casa, após uma jornada fatigante e sem precedentes, os trabalhadores tiveram a oportunidade de contemplar imagens de uma batalha de âmbito nacional. A televisão proporcionou-lhes a visão de conjunto do esforço voluntário e unitário.

Uma nota destoante na euforia geral: a melancolia dos proprietários de lojas especializadas na venda de artigos de luxo. Ninguém quis comprar jóias nas grandes ourivesarias, ninguém apareceu nos sofisticados estabelecimentos frequentados pela alta burguesia. Não vendemos nada, diziam esses comerciantes. Os fregueses milionários preferiram ficar nas suas sumptuosas residências, carpindo mágoas e frustrações.

O Porto

arregaçou as mangas

O povo do Porto, uma vez mais, teve um comportamento à altura das suas tradições de combatividade. Porque era de um combate que se tratava, do prolongamento das jornadas de luta contra as barragens, das manifestações de rua comemorativas da derrota infligida à reacção. Trabalhadores, estudantes, soldados, pescadores sacrificaram o descanso semanal. Cumpriram bem as suas tarefas normais e puseram a sua criatividade ao serviço de outras que caracterizaram admiravelmente o esforço voluntário.

Poderia dizer-se que o Porto repetiu Lisboa, assim como se poderia dizer que Lisboa repetiu o Porto. O espectáculo oferecido pelas duas grandes cidades foi muito semelhante. A «operação limpeza» deu, também na capital do Norte, a tônica ao dia. Tudo foi varrido e lavado por brigadas de voluntários: monumentos, escolas, parques, ruas. Nas repartições públicas só os doentes faltaram. Houve fábricas onde se estabeleceram recordes de produção. E, por toda a cidade, foi possível presenciar cenas e

não podíamos trabalhar na fábrica, viemos varrer as ruas.

Os padeiros aderiram, sem restrições, ao apelo do Primeiro-Ministro. No domingo, os portugueses comeram pão fresco, amassado com alegria e mais cedo do que nos outros dias.

Na construção civil a actividade foi normal. Com a diferença de que dos andaimas desciam, por vezes, palavras de ordem contra a reacção e canções revolucionárias.

Os 500 ferroviários das oficinas de Campanhã, trabalhando ao som de «Grândola, Vila Morena», marcaram a sua presença. E, no fim do dia, largaram cantando o hino nacional. Nas oficinas de Louzã, Ovar e Contumil, trabalharam também duramente, sem se ouvir uma queixa.

Vitória da unidade em Viana do Castelo

Em Viana do Castelo o acontecimento mais importante da jornada do 6 de Outubro foi a vitória alcançada pelos trabalhadores da Fábrica de Fiação Rosa, em Darque, contra as manobras patronais. Os operários e operárias daquela unidade fabril aderiram, desde o primeiro momento, ao apelo do Primeiro-Ministro. Mas o proprietário, o sr. Rosa, elemento reconhecidamente fascista, decidiu opor-se e declarou que a sua fábrica não funcionaria. O MDP de Viana, alertado, enviou várias brigadas de vigilância que encorajaram os trabalhadores, dando-lhes todo o apoio. No horário previsto para a abertura da Fiação, 6 da manhã, o patrão continuava a resistir. Mas, após quatro horas de luta, os trabalhadores, com a ajuda de elementos do MDP e de brigadas do PCP, que, entretanto, haviam chegado, imuseram a sua vontade. O sr. Rosa cedeu e a Fiação funcionou normalmente.

Os operários das empresas corticeiras FACOL, de José de Almeida Lima, em Lourosa, e da Moisés J. F. Lima, ligada à mesma empresa, desenvolveram também grandes esforços para participar na jornada de trabalho voluntário. Mas foram barrados à porta das instalações fabris.

A manifestação do Entroncamento

O Entroncamento não se limitou a trabalhar. O seu povo quis ichear a jornada de trabalho voluntário com uma manifestação de solidariedade ao Governo Provisório e ao MFA.

A concentração inicial efectuou-se junto da estação, onde os ferroviários se reuniram ao resto da população formando um cortejo que se dirigiu para o Largo da Câmara Municipal. Quando o comício principiou, a massa era já superior a 4000 pessoas. Além do camarada Hilário Teixeira, da comissão distrital de Santarém do PCP, falou Custódio Ferreira, do Sindicato dos Ferroviários do Entroncamento; Eduardo da Conceição, operário da CP; Fernanda Ricardo, pelas mulheres da vila; e Martins Leitão, pelo MDP local. Depois de justificar o trabalho voluntário, Hilário Teixeira disse: Que os reaccionários e os seus adeptos colham mais esta lição. Quem fomenta o caos económico e a anarquia são eles, quem vendeu par-

balhadores, comandados pelas operárias da Fiação — que haviam cumprido as suas tarefas ao som da música do «Avante Camarada» — seguiram pelo pessoal da Nery, Claras, A. Alves etc.

Organizado pelos partidos e movimentos unitários o comício abriu com a entrega de ramos de cravos e uma taca a um representante do MFA.

No final houve outro desfile pelas ruas da vila com duas bandas de música tocando o «Avante Camarada». Junto do quartel houve nova homenagem ao MFA, com a massa entoando os novos «slogans» patrióticos que o Povo de Portugal torjou nas últimas semanas. E a festa popular entrou pela madrugada. Também em Torres Novas a reacção não passou nem passará.

Setúbal

aderiu em massa

Em Setúbal só a reacção não trabalhou ou trabalhou de má vontade. O comentário, de um pescador, transnitiu a atmosfera do dia. A «operação limpeza» mobilizou centenas de pessoas. Ruas e monumentos foram lavados e escovados ao som das can-



Trabalhadores de todas as idades se lançaram nas mais variadas tarefas

D. Pedro IV deixou de ser um tapume de publicidade e um mostruário de provocações de todo o género. Os «slogans» da esquerda delirante desapareceram, os cartazes da «maioria silenciosa» foram arrancados pelas mãos do povo.

No fim da tarde, o Dia de Trabalho voluntário fechou com uma iniciativa inédita: um concerto oferecido pela Orquestra Filarmónica de Lisboa. O repertório foi muito variado, incluindo Berlioz, Bizet, e até o «Fandango Alentejano». O povo pediu que tocassem «Grândola, Vila Morena», mas não houve partitura. Uma mulher subiu ao estrado com um bolo enorme. Queria manifestar a sua gratidão aos músicos. «Gostei muito — declarou ao «Avante!» um pedreiro de Benfca, ainda suado pelo esforço desenvolvido na limpeza. — Para mim, música desta só na rádio. É a primeira vez na minha vida que vejo uma orquestra a sério. Essas coisas, antes, eram só para os senhores da «maioria silenciosa».

Nos hospitais e nos bairros de lata

O trabalho voluntário chegou também em força aos hospitais. Não houve tempo para organizar meticulosamente a distribuição das tarefas. Brigadas formadas à pressa invadiram logo de manhã os hospitais mais conhecidos e entregaram-se ao trabalho com imaginação. Foi uma invasão pacífica recebida com alegria pelos doentes e pela esmagadora maioria do pessoal.

No Hospital de São José, compareceram mais de cem voluntários. A iniciativa partiu do MDP de Póvoa de Santa Iria. Alguns funcionários administrativos não gostaram. Não tentaram impedir

tos, fizeram uma meticolosa limpeza.

Por vezes, até as crianças trabalharam. Foi o que aconteceu na Praceta José Lins do Rego em Alvalade. Os meninos que ali costumam brincar ouviram falar do Dia de Trabalho Voluntário, interessaram-se pelos programas de televisão que abordaram o assunto. Falaram com os pais e organizaram uma mini-brigada de limpeza. Algumas senhoras «importantes» do bairro não gostaram. Creio, que loucura, deixar que os meninos se metam nestas coisas da política — desabafou uma enquanto a reportagem do «Avante!» contemplava a cena. Mas logo a mãe de um garotinho de cinco anos lhe respondeu à letra: A senhora talvez achasse bem que fôssemos com os nossos filhos para a Praça do Império aplaudir a manifestação da tal «maioria silenciosa» que acabou ficando em casa. Está enganada. E assim que as crianças começam a compreender a vida numa sociedade diferente daquela em que nasceram.

Em muitos bairros de lata, o dia não foi também igual aos outros. A reportagem do «Avante!» percorreu vários e em todos havia gente trabalhando. Um trabalho ingrato, até porque a própria palavra limpeza tem nesses amontoados de casebres um significado especial, quase absurdo, pelas próprias condições sub-humanas em que os moradores são forçados a viver.

Em quase todos havia muita gente de fora, confraternizando com as famílias ali residentes, discutindo problemas e ajudando-as em pequenas tarefas colectivas. No Vale Escuro compareceram alguns estudantes universitários. Isto é correcto — disse-nos um finalista de Direito — mas o fundamental é acabar com coisas destas e dar

arte e o trabalho fundiram-se na jornada de desafio à reacção. Em muitas fábricas foram apresentados espectáculos curtos — teatro, recitais, canções revolucionárias — que deram uma marca funda. Artistas plásticos, misturados com a massa, pintaram cartazes com palavras de ordem já popularizadas e outras novas exaltando o MFA, a sua aliança com as forças populares, a vitória do 28 de Setembro.

Torna-se impossível enumerar as cenas inéditas que Lisboa presenciou. Uma das mais emocionantes teve por cenário a Rua Andrade Corvo. O pessoal da Companhia dos Telefones interrompeu o trabalho por uns instantes, veio para as janelas e cantou, com vibração, o «Avante Camarada». Na rua, as pessoas paravam, sorriam, acenavam, acompanhavam o coro cujos ecos chegavam à Fontes Pereira de Melo.

Nas repartições públicas não eram ouvidas as habituais queixas contra a rotina burocrática. Os serviços funcionaram melhor, notava-se uma eficiência incomum. O Arquivo de Identificação atendeu centenas de pessoas, emitiu mais bilhetes de identidade e certificados de registo criminal do que em dias normais.

A adesão do povo ao trabalho voluntário assumiu as formas mais inesperadas. Nos postos da Rua Pinheiro Chagas e da Praça da Figueira, o número de dadores de sangue excedeu todas as previsões. A própria Polícia actuou com um dinamismo invulgar.

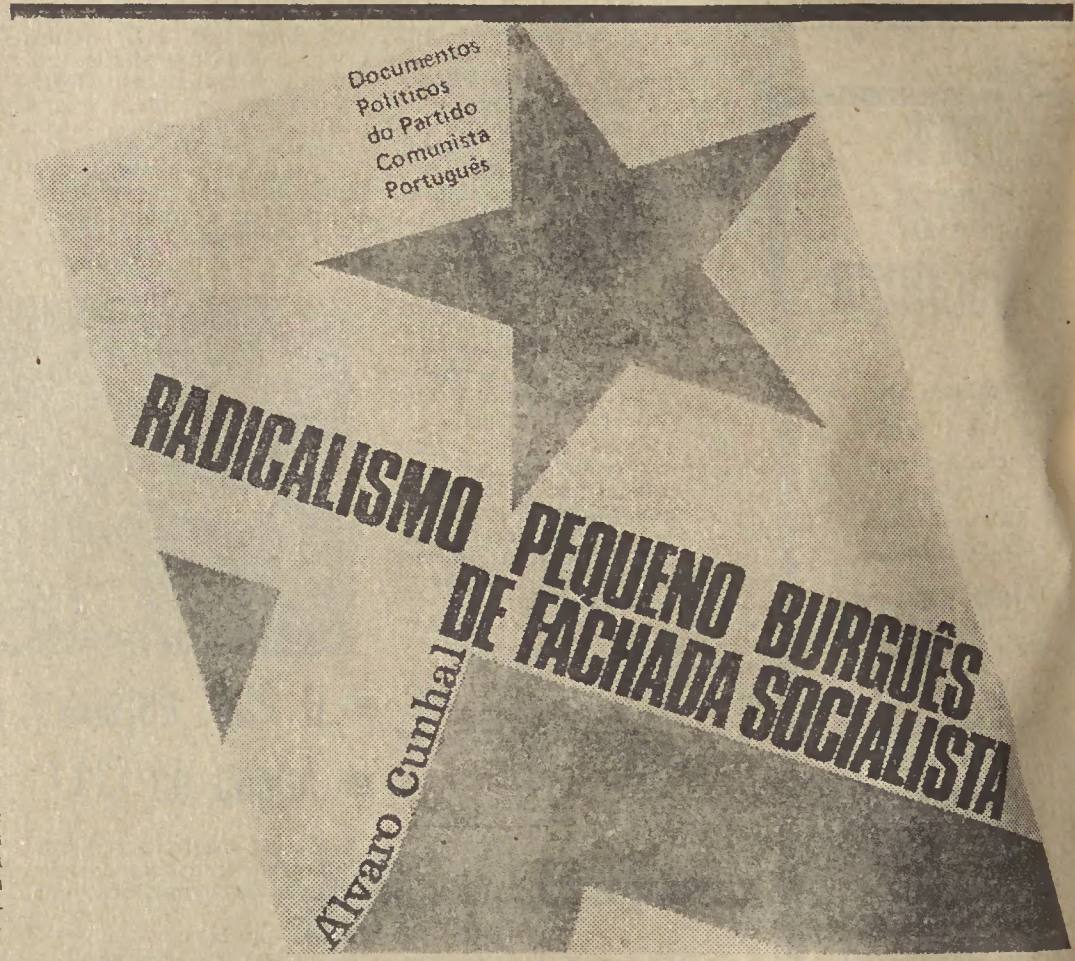
OBRAS COMPLETAS (48 Vols)

Lenine

LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.

Rua Cidade de Quelimane, 3-A

OLIVAIS SUL



UM LIVRO INDISPENSÁVEL!

O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista continua a manifestar-se na nova situação política criada em Portugal após o 25 de Abril. As suas características fundamentais não se alteraram. A incapacidade para analisar as situações e definir uma linha correspondente, o desprezo pela luta com objectivos concretos imediatos, a precipitação em «queimar etapas», a absolutização das formas violentas de luta, o desprezo pela classe operária e pelas massas, a pretensão de atribuir a pequenas «minorias activas» de pequeno-burgueses a dinâmica do processo revolucionário, — são, entre outros, traços típicos vindos de antes do 25 de Abril e que continuam hoje a verificar-se.

Pedidos a
EDIÇÕES AVANTE — Av. António Serpa, 26 — 2.ª — esc.



Os trabalhadores da Gelmar no decorrer do plenário realizado na segunda-feira

GELMAR

A AMEAÇA DE ENCERRAMENTO PREOCUPA MIL TRABALHADORES

Por razões ainda pouco explicadas, o futuro da Gelmar não se apresenta promissor. No próximo dia 6 de Novembro realiza-se uma concordata com os credores da empresa a fim de se decidir qual o rumo da firma. E se os credores tomarem uma posição intransigente apenas resta à Gelmar fechar as portas.

Este é o principal problema que aflige cerca de mil trabalhadores, cada vez mais preocupados com o rumo que as coisas estão a tomar e em virtude de a administração não ter tomado até agora medidas concretas para encontrar uma solução, tudo indicando que se mantém indiferente ao destino da firma.

Terreno de caça do Tenreiro, a Gelmar encontra-se ainda minada por indivíduos cujo espírito continua a ser muito diferente dos interesses da maioria dos trabalhadores. Pouco depois do 25 de Abril foi pedido o saneamento da empresa através do despedimento de personalidades ingratas para os trabalhadores, face ao seu comportamento dentro da empresa. A administração prometeu fazer um inquérito cujos resultados os trabalhadores até à data ainda não viram. Constataram, sim, que neste momento esses indivíduos gozam de uma posição mais forte na empresa.

Mas a empresa sempre fora pródiga em alimentar situações irregulares. É do conhecimento dos trabalhadores que apesar da situação deficitária da Gelmar (em Outubro do ano passado o passivo atingia já cerca de 78 mil contos) por vezes carros saíam carregados de marisco sem levarem guia nem terem sido pesados. Quando os motoristas chamavam a atenção para o facto a explicação dada é que o cliente pesaria a mercadoria. Depois, uma vez esta entregue os cheques passados não eram dirigidos à empresa mas em nome de certos funcionários. Factos como este foram denunciados à administração que até agora não procedeu, donde na opinião de muitos trabalhadores «a administração da Gelmar protege os ladrões».

O aspecto da produção também tem sido criticado pelos trabalhadores que verificam não estarem a ser aproveitadas todas as possibilidades da empresa, de tal modo que da secção de transportes apenas metade dos trinta motoristas trabalha e, mesmo assim, saem para a rua praticamente sem mercadoria, apesar dos ven-

dedores receberem um volume de encomendas apreciável. No entanto, ainda há pouco tempo e apesar da falta que se verificava no mercado deixaram estragar cerca de 100 toneladas de lulas. Por outro lado, face ao período crítico que se atravessa os trabalhadores não compreendem como foi possível despedir um empregado que ganhava 9 contos por mês, com a vantagem de ele sozinho dar um rendimento invejável, para ser substituído por dois elementos que auferem 34 contos mensais e que lhe ficam muito aquém.

Perante acontecimentos deste tipo acentua-se a ideia entre os trabalhadores da Gelmar que a administração pretende unicamente delatar a empresa por terra. Para debaterem a sua perniciosa situação realizou-se na segunda-feira passada um plenário dos trabalhadores da Gelmar em que estiveram presentes elementos da União dos Sindicatos do Sul e um administrador da empresa, dr. Neves Torres, que pretendeu elucidar alguns pontos levantados pelos trabalhadores. Na ordem da discussão o saneamento da empresa e a deficiente administração.

Quase por unanimidade a assistência pronunciou-se pelo afastamento definitivo dos senhores Francisco da Costa, Sousa, Ramos e Alvim, aos quais seria acrescentado o nome de Manuel Maria, comprador da Gelmar e que ainda há pouco tempo teria comprado peixe a oito escudos enquanto uma compradora despedida conseguia o mesmo peixe a cinco escudos. Numa empresa que compra em grandes quantidades esta diferença representa muito.

O dr. Neves Torres, que segundo nos informaram desempenha também funções na SNAPA, na Torralta, no C. Santos e na companhia de seguros Soberana, respondendo às perguntas que lhe

foram formuladas afirmou que neste momento o passivo da empresa era de 400 mil contos e que estavam nas mãos dos credores, pois os bancos deixaram de fornecer crédito para comprar o produto e de descontar as letras aos fornecedores, acrescentando: Se 25 por cento dos credores não quiserem a empresa cairá.

Judite Ferreira, que trabalha na linha de serras, teve uma intervenção empolgante ao perguntar se o seu sector daria pouca produção por culpa da classe operária ou devido a uma deficiente sistematização em que se mudava frequentemente de produção dando origem à perda de vinte minutos para limpeza das máquinas e mudança de produtos, o que, ao fim do dia, soma algumas horas de trabalho em que os 45 operários daquele sector estão paralisados. E terminou por interogar se não haveria produto suficiente para se trabalhar ao menos meio-dia sem interrupções?

Relativamente a este assunto o administrador manifestou o seu desconhecimento concordando em que seria mais rendível o trabalho contínuo. Acrescentou, no entanto, que neste momento para a empresa o maior problema não eram as vendas mas sim terem produto para venderem.

A data da concordata com os credores aproxima-se. Estão em risco mais de mil trabalhadores a que, se juntarmos os agregados familiares, totalizariam perto de 4 mil pessoas. Os trabalhadores da Gelmar não podem regalias monetárias mas apenas o que consideram um direito de que não podem abdicar — a possibilidade de trabalharem.

No final do plenário foram feitos apelos à unidade e à vigilância dos trabalhadores pois só assim poderiam responder às manobras do patronato.

SÓLIDARIEDADE ENTRE TRABALHADORES

Dia a dia, afirma-se na prática e aumenta de volume a solidariedade para com os trabalhadores lançados no desemprego, vítimas de despedimentos colectivos e do encerramento de locais de trabalho.

Protestando contra os abusos dos responsáveis por algumas empresas, parte delas multinacionais, trabalhadores, sindicatos e centros de trabalho do nosso partido participam na

campanha de apoio monetário aos colegas que lutam contra os despedimentos abusivos e as arbitrariedades patronais.

Entre as quantias diamante recebidas no Ministério do Trabalho, no âmbito da campanha de *Um Dia de Salário para a Nação*, parte delas destinou-se, por desejo expresso dos trabalhadores, à solidariedade para com as vítimas dos despedimentos. E assim tem vindo a proceder aquele departamento governamental que, ainda recentemente, deixou 500 contos em Évora para acorrer as dificuldades mais imediatas dos trabalhadores desempregados do distrito.

Um dos casos em que a solidariedade entre os trabalhadores mais se tem manifestado é o da Applied Magnetics, empresa multinacional encerrada por ordem vinda dos Estados Unidos, sem que os trabalhadores tenham sequer recebido os salários de vários meses em atraso.

Entre as últimas manifestações de solidariedade para com aqueles trabalhadores destacamos as seguintes: várias secções da CUF, UFA e EQUIMETAL (Barcelos) — 28 017 750; CP — 11 250 650; Solarte, Setúbalense, Mecom e outros — 94 105 000; UEC — 720 800; vários donativos — 109 950 000. Estas ofertas, que somam mais de 50 contos, foram entregues nos centros de trabalho do nosso partido no Barreiro, Baixa da Banheira, Alhos Vedros e Moita.

Camarada: lê e difunde o AVANTE!. Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

AS COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

(Continuado da 1.ª pág.)

precisa de estar atento aos direitos e às necessidades do povo português.

Depois de o general Costa Gomes ter usado da palavra, de cujo discurso damos algumas passagens noutra local, a multidão aclamou vibrantemente o Presidente da República.

Durante a tarde, o 5 de Outubro foi festejado em diversos locais da capital. As bandas da GNR, PSP, Armada, Guarda Fiscal, Sociedade Aluno de Apolo, Sociedade Musical União, Sociedade Filarmónica Operária Amorense e a Orquestra Filarmónica de Lisboa deram vida aos velhos cotos que ainda se encontram por essa Lisboa e, no final, elementos democratas fizeram pequenos discursos ao povo presente, referindo o

significado do dia que se comemorava.

Um comício no Pavilhão dos Desportos, promovido pelos Centros Republicanos, Câmara Municipal e comissões administrativas das juntas de freguesia, encerrou as comemorações. O coronel Varela Gomes, juntamente com Victor Santos, José Saramago e Mário Castrim, foi um dos oradores.

Falando como membro da Comissão Organizadora das Comemorações e elemento do MFA declarou, a dado momento da sua intervenção, que para este Movimento a unidade das forças progressistas é uma necessidade e mesmo uma exigência. Unidas, as forças progressistas com o MFA representam uma barreira intransponível contra a reacção da direita interna e contra a reacção internacional.



As manifestações no Entroncamento

VASCO GONÇALVES NO PORTO

(...) «Faz hoje oito dias, correram perigo as conquistas do 25 de Abril, mas a unidade do povo e das Forças Armadas travou a reacção. Foi fundamental o papel desempenhado pelas organizações populares, pelos partidos políticos, pelas associações cívicas, como o MDP e a CDE, por toda a população.» (...)

«Os oficiais que fizeram o Movimento das Forças Armadas empenharam a sua honra no programa das Forças Armadas; cada um poderá ter as suas convicções políticas, mas a sua honra está empenhada no cumprimento do programa.» (...)

«Mas temos muitos caluniadores, caluniadores do Movimento das Forças Armadas e caluniadores do povo português. Os nossos caluniadores não estão interessados na democracia em Portugal, porque essa democracia traz mais justiça social.» (...)

«Nós prometemos solenemente que as guerras coloniais só teriam solução por via política e pacífica! É isso que temos cumprido.» (...)

Cinco meses depois do 25 de Abril, não há guerra na Guiné, nem em Moçambique. Estamos a colaborar com o povo moçambicano, na construção de novas pátrias lusitadas em África.» (...)

«Nós não podemos, de um dia para o outro, dar o céu e a terra ao nosso povo, porque ele foi subjugado durante 50 anos.» (...)

«O Movimento das Forças Armadas só fixa um objectivo: lançar os fundamentos para que o povo português possa escolher livremente as instituições por que se quer reger. Depois recolherá aos quartéis para defender as conquistas democráticas.» (...)

«Os estudantes, como os intelectuais, têm um grande papel a desempenhar na reconstrução desta Pátria (...) também são trabalhadores de Portugal, mas para que toda a gente o sinta é preciso trabalhar nas escolas!» (...)

«Porque é que não havíamos de estar ao lado dos camponeses se eles também sofreram as agruras do fascismo, se eles também têm sido explorados, se eles também fazem parte do nosso Povo?» (...)

Na nossa democracia cabem todos, todos os que não sejam fascistas nem reaccionários!» (...)

«Só a vigilância, vigilância que não quer dizer PIDE (é preciso distinguir bem a vigilância democrática da vigilância da PIDE), só a vigilância democrática que se exerce de olhos nos olhos, actuando imediatamente contra o boato, contra a calúnia, contra a mentira e contra os pontos de vista errados, só essa vigilância, em conjugação com a vigilância das Forças Armadas, poderá garantir a consolidação da Democracia em Portugal.» (...)

O 5 de Outubro no Porto

O Porto — pode afirmar-se todo o Norte — deu, no dia 5 de Outubro, mais uma vez, uma demonstração da sua fé

em curso no País, o povo de novo veio afirmar o seu firme propósito de não se deixar vencer, estando permanentemente vigilante na salvaguarda da liberdade conse-

luidar o 64.º aniversário da implantação da República. E uma coisa é certa: o espírito que presidiu a todas as sessões revelou, claramente, o desejo de nunca mais permi-

COSTA GOMES EM LISBOA

«Portugueses: a marcha da história é um continuo fluir do presente, por isso necessitamos ter os olhos postos no futuro com clarividente extrapolação das lições do passado.» (...)

«O curso da I República foi dificultado e, depois, interrompido até 25 de Abril, condenado pelo aparecimento de vários factores dos quais recordarei quatro: — A crise económica mundial posterior à Primeira Grande Guerra cujos reflexos se agudizaram em Portugal; divisionismos verificados nas fileiras dos republicanos democratas; infiltração nas instituições de homens sem princípios nem fé democrática; incúria da administração no esclarecimento do Povo, em especial da sua juventude.» (...)

«Recolhamo-nos em respeito ao recordar os velhos republicanos democratas, que de coração quente e espírito puro tornaram possível a esperança na I República.»

«Mas não deixaremos de considerar os factores centrifugos que ditaram o seu termo, criando um fenómeno de desagregação social cuja repetição haveremos de impedir.» (...)

«Criar ou contribuir para divisionismos entre correntes de pensamento ou acção democrática, no sentido superior e digno do conceito democrático, é atentar contra um futuro onde floresce a dignidade humana.»

Incluir ou manter nas instituições homens que demonstrem incapacidade de se adaptar ao espírito do M. F. A., é entrar no caminho à democracia pluralista que tal espírito nos oferece.»

Não cultivemos o espírito mesquinho da denúncia, mas sejamos tranquilamente firmes na reclassificação e selecção de homens dispostos a servir o seu povo, nos postos essenciais da acção democratizante.»

Finalmente, sejamos puros e sinceros ao informar o nosso povo, a nossa juventude, esclarecendo as vias que conduzirão Portugal a uma verdadeira democracia em liberdade autêntica.» (...)



Acompanhado pelo brigadeiro Saraiva de Carvalho e comandante Contreiras, o Presidente da República, general Costa Gomes, durante as cerimónias na Câmara Municipal de Lisboa

que damos algumas passagens noutra local.

Os operários, as massas populares, os intelectuais e os estudantes, em uníssono, levantaram vivas às Forças Armadas, gritando palavras de ordem como: «O povo está com o MFA», «A vitória é difícil mas é nossa», «A reacção não passou nem passará».

Após a madrugada de 28 de Setembro, em que a reacção tentou desferir um golpe no processo da democratização

do o seu acesso à cultura e à liberdade.

«A vitória é difícil mas é nossa», foi o grito que ecoou profundamente na extensa praça onde a multidão se aglomerava e que, de acordo com algumas opiniões, atingiria cerca de duzentas mil pessoas.

Mas nem só em Lisboa e no Porto o 5 de Outubro foi recordado. Quase todas as terras de norte a sul do País, não deixaram de come-

nimicas de arruamentos, largos e obras públicas, com base nas propostas ou iniciativas das autoridades administrativas locais ou de freguesia, com especial destaque para a ponte sobre o Tejo — como o povo sempre a denominara — que deixou de ostentar o nome do ditador Salazar para se passar a chamar Ponte 25 de Abril, em homenagem a todos os que naquele dia fizeram nascer a Primavera em Portugal.



Uma impressionante multidão escutou no Porto o discurso do primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves

A SITUAÇÃO NA TEXEMALHA

Com vista a encontrar uma solução para o conflito entre o patronato e as trabalhadoras da TEXEMALHA, prossegue o inquérito, cujas conclusões são imediativas para qualquer uma das partes. Isto vem ao seguimento de um conflito que se arrasta desde o dia 2 de Setembro, quando os patrões encerraram as instalações fabris, devido ao facto de as trabalhadoras se recusarem a aceitar o despedimento abusivo de 11 companheiras, entre as quais 4 delegadas sindicais.

Vários acontecimentos últimos, têm vindo a demonstrar a justiça da sua luta, a razão da qual que ao longo de todo este tempo tem afirmado.

Primeiro foi preso para sveiguações pelas Forças Armadas o sr. Almeida, que, a soldo dos patrões, pretendia resolver repressivamente os problemas da Texemalha, afirmando ser des-

de oficial do Exército a delegada da COMUNDO.

Agora, e a provar que os srs. Gomes dos Santos são os únicos responsáveis pelo «impasse» da situação, acabam as trabalhadoras de receber o seguinte telegrama do sr. João Rocha, da COMUNDO, grupo fraterno a que pertence a empresa:

«3-10-1974 Acuso o vosso telegrama e informo que já por várias vezes falei com o sócio gerente sr. Gomes dos Santos informando o meu ponto de vista e da necessidade da fábrica ser aberta o mais rapidamente possível, stop Também informei da minha intenção de colocar a nossa quota ao lado da posição das operárias, na satisfação das suas justas reivindicações stop Agradeço informem Instituto Nacional de Trabalho para exigirem presença sócios gerentes na fábrica a fim de resolverem definitivamente esta posição insustentável que não interessa a Portugal por ser uma indústria de exportação e além disso a fábrica parada não aproveita a língua JOAO ROCHA.»

O sr. João Rocha deslocou-se ao Porto no intuito de contactar directamente com os trabalhadores. No entanto, os sócios Gomes dos Santos, contra tudo e contra todos, continuam a negar-se a chegar a qualquer acordo.

CLASSIQUES DU MARXISME
Éditions Sociales
na
LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.
Rua Cidade de Quelimane, 3-A
OLIVAIS SUL

República Democrática Alemã

O PSUA PASSOU COM DISTINÇÃO TODOS OS EXAMES DA HISTÓRIA

O Partido Socialista Unificado da Alemanha passou com distinção todos os exames da História no último quarto de século decorrido, assinalou Erich Honecker, primeiro secretário do Partido, num artigo publicado no último número da revista teórica do Partido — «Einheit». Esse artigo, dedicado ao 25.º aniversário da RDA, destaca que o Partido conta hoje nas suas fileiras com 1,9 milhões de membros e põe em relevo a sua maturidade, alcançada na resolução das múltiplas tarefas surgidas na marcha para o socialismo.

Honecker caracterizou a aliança de luta com o PCUS como a preocupação principal da política do Partido Socialista Unificado da Alemanha. «Os interesses da União Soviética e a sua política — e cada um de nós pôde-se convencer disso — são a expressão concentrada dos interesses do movimento revolucionário, anti-imperialista da nossa época. É unicamente a partir deste ponto de vista, é unicamente em estreita coesão com o PCUS e a União Soviética que as forças amantes da paz e do progresso poderão levar a bom termo as tarefas do presente e do futuro. Não pode existir política revolucionária, anti-imperialista numa base anti-soviética.»

A fundação da RDA —acontecimento de significado histórico

Honecker qualificou a fundação da RDA, há 25 anos, de acontecimento de grande significado na luta por uma Europa futura livre da ameaça de novas guerras imperialistas. Paralelamente, E. Honecker lembrou o facto de o imperialismo não ter cessado de tentar deter — nomeadamente a partir da República Federal da Alemanha — o progresso da RDA, recorrendo a ataques encarniçados. «Inúmeras vezes a paz foi perigosamente ameaçada por esses ataques, que fracassaram, sobretudo depois que a protecção militar da nossa fronteira de Estado com Berlim Ocidental, a 13 de Agosto de 1961, entrou em funcionamento.»

O socialismo revela-se cada vez mais evidentemente como a única alternativa para o capitalismo, destacou também Honecker no seu artigo «O facto de a nossa República ter conseguido limitar consideravelmente as repercussões sobre a nossa própria economia das manifestações da crise no mundo imperialista deve-se sobre-

tudo à cooperação com a União Soviética e os outros países socialistas.»

A solidariedade —um princípio político

O primeiro secretário do PSUA lembrou que da política da RDA faz parte a solidariedade activa

SAUDAÇÃO DO PCP AOS CAMARADAS ALEMÃES

Por ocasião do 25.º aniversário da fundação da RDA, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (comunista) a seguinte saudação:

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos as mais calorosas saudações pelo 25.º aniversário da fundação da República Democrática Alemã.

A fundação do vosso Estado, ponto de viragem na história da Alemanha, teve grande importância para toda a Europa. Foi uma grande conquista do povo alemão que, no quadro das condições criadas com a derrota do nazismo pela grande coligação antifascista encabeçada pela URSS, apresentou uma alternativa clara à política antinacional e belicista praticada pelo imperialismo e militarismo alemães. Em 25 anos, sob a direcção da classe operária, actuando em estreita cooperação com os outros países socialistas, a RDA tornou-se um grande factor de paz e segurança na Europa, um importante apoio das forças do progresso, da democracia e do socialismo em todo o Mundo. A nova Constituição da RDA culminou e consagra as grandes vitórias alcançadas pelos trabalhadores e o povo nestes 25 anos. Os grandes sucessos políticos, económicos, sociais e culturais com que a RDA comemora este aniversário, numa altura em que os países capitalistas atravessam uma profunda crise, mais comprovam como o socialismo é a sociedade do

futuro, que cria as condições para o florescimento da personalidade de cada homem e das nações.

O povo português, agora libertado do fascismo, encara com profundo interesse os êxitos dos países socialistas e as perspectivas de desenvolvimento das suas relações com esses países. O estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a RDA foi saudado com profunda satisfação pelo povo português e criou as condições para que, rapidamente, se desenvolvessem as relações económicas, técnicas e culturais entre os nossos países, o que constituirá uma imensa contribuição para o reforço da amizade e cooperação entre os nossos dois povos. Desejamos ardentemente que essas novas possibilidades se concretizem, e nelas vemos uma contribuição da maior importância para que a jovem democracia portuguesa se consolide e o Povo Português prossiga a construção do regime pacífico e progressista iniciado com o movimento de 25 de Abril e já confirmado nos passos dados para a democratização e descolonização.

Reafirmando-vos os nossos sentimentos de fraternal amizade com o vosso Partido, ao qual nos unem fortes laços de solidariedade, enviamos-vos, queridos camaradas, os votos de novos e grandes sucessos dos trabalhadores e dos povos da República Democrática Alemã, na continuação dos êxitos que marcam o quarto de século da sua existência.

Lisboa, 5 Outubro 1974. O Comité Central do Partido Comunista Português

com todos os povos em luta pela liberdade e a independência. «Os trabalhadores da RDA apoiam activamente os patriotas do Chile e os povos árabes. Estão solidariamente ao lado dos combatentes por um Portugal novo e ajudam o povo vietnamita. Nós consideramos que o internacionalismo proletário e o patriotismo socialista estão solidamente enraizados nos pensamentos e actividades do nosso povo e são um dos resultados mais preciosos do trabalho do nosso Partido no decurso dos 25 anos que passaram desde a fundação da RDA.»

E. Honecker sublinhou que a coexistência pacífica marca cada vez mais a prática política e isto em resultado da atitude coordenada da comunidade dos Estados socialistas. «Entre as transformações positivas consideráveis ocorridas justamente na Europa, é preciso assinalar também o estabelecimento de relações, por exemplo, entre a RDA e a RFA, que equivalem às relações existentes entre Estados soberanos, independentes um do outro e iguais em direitos. A paz, a segurança e a cooperação começam a tornar-se uma realidade no nosso continente, na base de um programa em que se empenharam há longos anos a União Soviética, a RDA e os outros países socialistas.»

O testamento dos revolucionários foi cumprido

É mérito do Partido Socialista Unificado da Alemanha o facto de as ideias de Marx, Engels e Lenin, que transformaram o mundo, se terem tornado também na RDA uma realidade. O testa-

mento de combatentes revolucionários inolvidáveis como Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, Ernest Thälmann e Wilhelm Pieck, Otto Grotewohl e Walter Ulbricht será cumprido.

E. Honecker destacou ainda nesse seu artigo: «O ascenso contínuo da iniciativa activa na nossa República nos três anos e meio decorridos após o 8.º Congresso do Partido é um sinal característico deste período.

Este ascenso é favorecido visivelmente pelas experiências dos trabalhadores e pelo facto de os resultados da produção serem aplicados a favor do progresso social e da edificação da sociedade socialista. Quer dizer: vale a pena trabalhar bem, tanto no interesse da sociedade como no interesse pessoal.»

Honecker exprimiu a convicção de que chegou a altura de acelerar a integração económica socialista dos países do Conselho de Ajuda Mútua Económica com a União Soviética como força motriz. A utilização de grandes recursos na base de uma planificação complexa conjunta «servirá a prosperidade da nossa comunidade no seu conjunto e a prosperidade de cada um dos seus países e será particularmente importante para o reforço da autoridade internacional do socialismo.»

E. Honecker constatou, nesse contexto, que o Partido Socialista Unificado da Alemanha se prepara para resolver tarefas cada vez mais importantes que resultam da edificação da sociedade socialista avançada, assim como da garantia de uma via pacífica e feliz para a geração presente e para as gerações futuras.

PORTUGUESES NA CHECOSLOVÁQUIA

Cerca de 300 portugueses visitaram a Checoslováquia integrados no Grande Acampamento Internacional da FIOCC que este ano se realizou naquele país socialista.

Foi a primeira vez que se deu uma tão grande presença de portugueses na Checoslováquia e esta excursão teve largas repercussões, despertando a curiosidade e o entusiasmo dos milhares de participantes daquela grande reunião mundial de turistas de ar livre e campistas.

O novo Portugal de após 25 de Abril surgiu na presença de centenas de portugueses das mais diversas condições sociais, vindos a partir do Porto, Lisboa e Barreiro em 6 autocarros que orgulhosamente ostentavam a bandeira nacional renascida, e os «slogans» da revolução deram uma nova dimensão e significado à presença portuguesa.

Entre 8 a 9 mil participantes deste acampamento representando 25 países, Portugal com o exemplo da sua revolução vitoriosa foi verdadeiramente a vedeta. A reportagem de vários jornais visitaram o acampamento dos portugueses e a televisão francesa e checa fizeram várias filmagens, não apenas das pessoas e das tendas mas, sobretudo, dos cartazes e bandeiras que os portugueses levaram para espalhar por onde passavam.

Mas ainda a mais importante consequência desta presença maciça dos portugueses na Checoslováquia foi uma grande reportagem feita durante os dias do acampamento por jornalistas soviéticos para a revista Internacional que ouviram três ou quatro dezenas de portugueses recolhendo as impressões da luta do povo português contra o fascismo e os sentimentos de libertação que lhes deu o 25 de Abril.

Foram ouvidos pela reportagem operários e camponeses, professores, médicos e empregados de quase todas as regiões do nosso país, comunistas, socialistas e sem partido, católicos e protestantes que expressaram amplamente não apenas as suas opiniões e convicções sobre a situação portuguesa mas também as impressões colhidas neste breve mas importante primeiro contacto com um país socialista.

Também o acampamento dos portugueses teve a visita de um camarada responsável do nosso partido, a camarada Catarina Mendes que a partir de Praga procurou dar todo o apoio à delegação e se deslocou a Lorminca tendo tido a oportunidade de falar aos portugueses do grande significado da sua presença e do papel que cabe

a cada português no momento político que se vive no nosso país.

Algumas visitas

Apesar do pouco tempo disponível e da brevidade da presença foi ainda possível, graças a colaboração dos camaradas jornalistas soviéticos e à preciosa e amável colaboração prestada pelos responsáveis do Partido Comunista Eslovaco da região de Propad, visitas a uma granja colectiva e a um complexo industrial químico.

Foram momentos inesquecíveis os que puderam ser vividos pelas dezenas de portugueses que pela primeira vez viram realizado um velho sonho da sua vida: poder observar a construção do socialismo e averiguar com os seus próprios olhos os pormenores de como a partir do povo se organiza a vida no campo e na fábrica colectiva.

Uma pequena aldeia nos baixos Tatras a 1000 metros acima do nível do mar. Foi daqui que partiu, vai fazer 30 anos, a grande ofensiva da 4.ª Frente da Ucrânia, na qual ocupava lugar no comando o camarada Brenesne, actualmente Secretário do Partido Soviético. A aldeia guarda carinhosamente a casa onde o seu Estado-Maior se instalou. Toda a Eslováquia se prepara para comemorar a sublevação lançada a partir das montanhas, coincidindo com aquela ofensiva.

Em nesta aldeia que há 15 anos se fundou o «kolchoz» STREBA agrupando cerca de 400 habitantes camponeses. A recepção foi um momento impressionante de carinho e ternura. Numa sala onde se realizam os grandes actos foram oferecidos aos visitantes o pão, o sal e o vinho tradicionais ao som de uma bela canção e do toque majestoso de um órgão. Uma mulher do povo leu as boas vindas, uma saudação tradicional cujo sentido geral era «como é bom receber os visitantes e os amigos».

O presidente da Cooperativa explicou que aquela aldeia era antigamente toda construída em madeira e a emigração levava a grande maioria dos habitantes. Agora faltam braços para os trabalhos colectivos e são muitos os trabalhadores que vêm de outras terras fixar-se ali. Fez um relato histórico da região e explicou que a produção cerealífera é difícil pela altitude e aspereza do clima que determinam um pequeno período de germinação da semente.

A Cooperativa dispõe de 40 tractores, 12 camiões e 8 automóveis. A produção é de centelo (o trigo não germina), legumes, batata e gado. Dispõe de 1450 bois, 450 vacas, 400 porcos e 750 ovelhas. Há a escola, ginásio, jardim-infantil e uma biblioteca de 1500 livros. A visita iniciou-se pela Casa de Cultura

e Casa Colectiva. Não se observou trabalho manual. Tudo é mecanizado. Visitaram-se os estábulos e, apesar de não se tratar de uma granja modelo, mas uma exploração agrícola média, os maquinismos de ordenha são já dos mais modernos.

Há também uma zona de «tempos livres» com zona de verdura e campos de jogos e lugar de pesca.

A visita foi toda uma carinhosa recepção aos visitantes de um país que acabava de sair do fascismo e terminou com um lanche à volta da fogueira com canções checas à mistura com canções revolucionárias e muito particularmente «Grândola Terra Morena» e «Avante Camaradas».

Não teve menos importância a visita à fábrica «Chimovits», um complexo químico onde trabalham 4000 operários dos dois sexos.

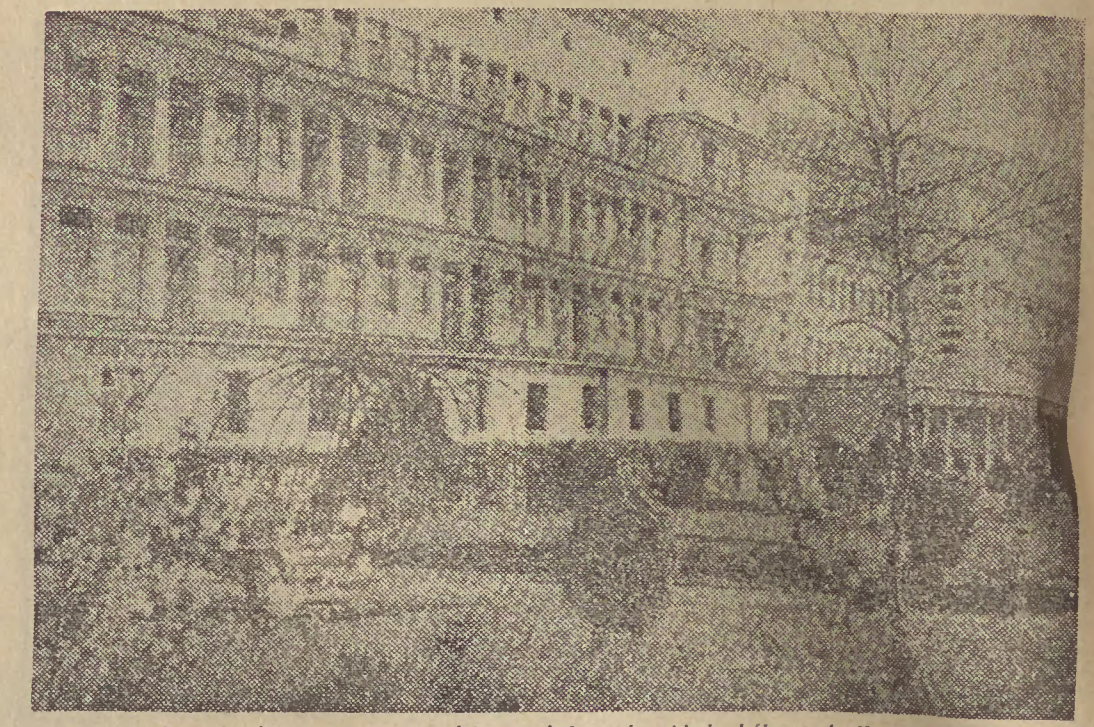
Fora antigamente propriedade de um grande industrial de calçado que fugiu durante a revolução — explicou-nos o director — ainda muitos operários se lembram dele. Agora a entrada dos portões está escrita em letras vermelhas «Fábrica do Povo».

Percorreram-se algumas secções de filiação de fibras sintéticas, inteiramente automatizadas e também secções de papel complexo para embalagens na base de celulose.

Pela primeira vez na história da nossa fábrica temos o prazer de receber uma delegação de portugueses. Isto vai ficar como um acontecimento. Desejamos que alguma coisa da nossa experiência vos seja útil para o novo país que vão construir. Foi com estas palavras simplices mas significativas que o presidente do complexo industrial de Chimovits recebeu os 25 portugueses no refeitório, onde nos foi oferecido o almoco.

Uma ampla discussão foi aberta. O presidente da fábrica, os responsáveis da produção e do Partido e da Juventude Comunista puseram-se à disposição de todos para quaisquer perguntas e dúvidas sobre o que tínhamos acabado de ver.

Foi uma troca de impressões extremamente útil que terminou com os tradicionais brindes. Em nome dos portugueses e dos comunistas presentes falou o camarada J. Campino que, como tinha já acontecido na granja STREBA, agradeceu a amável recepção e salientou a importância para todos os presentes portugueses estes primeiros contactos, não de especialistas, porque esses virão um dia estudar as experiências checas, mas de portugueses que lutaram na sua pátria para a livrar do fascismo e estão agora profundamente interessados em observar como se ultrapassam as dificuldades que irão ter de enfrentar na construção do socialismo.



Casa de descanso para operários, próximo da cidade búlgara de Kazanlik

OS SINDICATOS BÚLGAROS E A PROTECÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES

Pela via legislativa, o Poder democrático-popular na Bulgária concede aos sindicatos importantes direitos. Exercendo esses direitos, os sindicatos tomam parte activa quer na direcção da produção quer na preparação de leis e normas ligadas com as condições de trabalho, com a vida, saúde, repouso, cultura e segurança social dos trabalhadores, controlando, ao mesmo tempo, a aplicação da legislação do trabalho. A cada dia que passa cresce a importância do papel dos sindicatos na acção legislativa do Estado na República Popular da Bulgária.

Os direitos dos sindicatos em matéria legislativa, sobretudo no que respeita a questões de trabalho, foram consideravelmente alargados com a nova Constituição, que deu ao Conselho Central dos sindicatos búlgaros o direito de iniciativa legislativa. Por proposta do Conselho Central dos sindicatos búlgaros, foi introduzida e votada pela Assembleia Popular, na sua sétima sessão, em Junho do ano passado, a lei que coloca inteiramente nas mãos dos sindicatos o «controle» da protecção no trabalho.

O Conselho Central dos sindicatos búlgaros teve também parte activa na formulação da lei que introduz importantes alterações no Código do Trabalho e através das quais importantes direitos sociais foram concedidos às mulheres trabalhadoras.

Os conselhos de trabalho, de questões de direito e de segurança social, anexos ao Conselho Central dos sindicatos, tiveram um relevante papel na elaboração do novo Código de Trabalho e no projecto da nova lei de segurança social.

Importante forma de actuação dos sindicatos na acção do Estado é a elaboração de decretos, juntamente com os órgãos do Estado. Um exemplo: com o objectivo de elevar o nível de vida do povo, foram votados, recentemente, importantes decretos, pelo Conselho ministerial e pelo Conselho Central dos sindicatos para elevar os salários de algumas categorias de trabalhadores, para a introdução de um horário de trabalho mais curto e da semana de 5 dias e duma série de decretos destinados a melhorar a protecção e a segurança no trabalho.

O alargamento dos direitos dos sindicatos na resolução de questões do Estado verifica-se também no acordo necessário daqueles a certos actos legislativos. Por exemplo: de acordo com o parágrafo 3 do Código do Trabalho, qualquer proposta relacionada com questões de trabalho e segurança social, proveniente deste ou daquele ministério, tem de ter a aprovação do Conselho Central dos Sindicatos. Todas as questões referentes a normas e remuneração do trabalho, a melhorias das condições de vida dos trabalhadores apresentadas ao Conselho de Ministros têm de ter a aprovação prévia dos sindicatos.

Os sindicatos búlgaros têm amplos direitos, não só na elaboração mas também no exercício da legislação do trabalho. O papel dos sindicatos tende mesmo a alargar-se, com o desmonte de funções que até agora cabiam a certos órgãos do Estado.

A Assembleia Popular, em Junho de 1973, votou uma lei que transfere para os sindicatos o controlo da protecção no trabalho. De acordo com esta lei, os sindicatos búlgaros têm poder para exigir a estrita aplicação das normas de protecção no trabalho, em vigor, para dar indicações a empresas, departamentos e organizações, assim como a trabalhadores e empregados, no que respeita a protecção no trabalho e segurança social. Em casos de não cumprimento das suas determinações, os sindicatos estão autorizados a aplicar castigos mediante o pagamento de multas. Particularmente rigorosa é o controlo dos sindicatos quanto à aplicação da legislação do tempo de trabalho e do tempo de descanso dos trabalhadores. Importante papel têm os sindicatos na protecção a certas categorias de trabalhadores que exigem redobrados cuidados. Contam-se aí as mulheres trabalhadoras, particularmente as grávidas e as mães com filhos pequenos, trabalhadores doentes, etc.

Nenhuma empresa ou departamento está autorizado a alterar as condições estipuladas nos acordos de trabalho ou a despedir qualquer trabalhador sem a prévia autorização do sindicato. Do mesmo modo, nenhuma empresa pode despedir ou alterar as condições de trabalho de qualquer trabalhador que seja membro das comissões sindicais, que seja membro activo do seu sindicato ou dirigente sindical.

A acção enérgica tem os sindicatos em casos de violação da legislação de trabalho, podendo exercer sanções judiciais. Quando as leis do trabalho são violadas por homens com responsabilidades na administração, os sindicatos podem exigir o castigo e até a sua demissão dos cargos que ocupam.

Os amplos direitos dos sindicatos búlgaros na elaboração e aplicação da legislação do trabalho é um dos importantes meios de protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Para o severo cumprimento da legislação do trabalho, os sindicatos da Bulgária procedem ao controlo social, exercem meios de influência social, por exemplo, através do diálogo com a administração, da crítica e do apuramento de responsabilidades perante o colectivo em casos de violação ou não aplicação da legislação do trabalho.

O controlo social é feito com a larga participação dos trabalhadores e empregados, através de comissões de protecção do trabalho organizadas pelos sindicatos, através de inspectores do trabalho, de comissões para salários, através de colaboradores voluntários que actuam junto aos órgãos de protecção no trabalho, através dos conselhos e comissões de segurança social, etc.

Os dois métodos de controlo dos sindicatos no campo da protecção no trabalho — estatal e social — estão estreitamente ligados, contribuindo, assim, para uma mais perfeita vigilância quanto à aplicação da lei. Alargam-se os direitos dos sindicatos na resolução de várias questões ligadas com os seguros sociais dos trabalhadores, alargam-se a sua participação na resolução de muitos problemas dos trabalhadores, o que tem tido grande importância para a elevação do nível de vida do povo. Um exemplo: a crescente participação dos sindicatos na resolução do problema da habitação e na satisfação das necessidades vitais dos trabalhadores. Está prevista ainda a participação do Conselho Central dos Sindicatos na planificação e repartição de créditos estatais destinados à construção de habitações pelo Comité Estatal de Planificação.

Outro campo em que os sindicatos búlgaros têm igualmente importante papel é nas questões relacionadas com os preços de artigos de amplo consumo, de serviços sociais, das tarifas das transportes públicos, das rendas das casas, etc. Toda e qualquer alteração de preços só pode ser feita depois dos sindicatos terem sido ouvidos.

Os sindicatos da Bulgária colaboram, assim, tanto no exercício e total protecção dos direitos dos trabalhadores como no cumprimento rigoroso da legislação do trabalho, e, nesta base, na crescente elevação do nível de vida dos trabalhadores e do povo búlgaro.

(Exclusivo para o «Avante!» da ag. Sofia-Press)

A GRANDE REPERCUSSÃO EM ITÁLIA DO CURSO DEMOCRÁTICO EM PORTUGAL

A convite da Direcção do Partido Comunista Italiano, e em relação com as comemorações do 50.º Aniversário do «Unità», o camarada José Magro, em representação do Comité Central do nosso Partido, visitou diversas cidades italianas, como Milão, Génova, Bolonha, Livorno, Turim e Roma.

Em contacto com as organizações respectivas do Partido irmão, com os dirigentes municipais e com as massas do povo italiano, em comícios, sessões de esclarecimento, assembleias e outras reuniões, o representante do Partido teve a oportunidade de expor a situação política do nosso país e de verificar o enorme interesse, o entusiasmo e o espírito de solidariedade que o derrubamento do fascismo e o actual

curso democrático de Portugal despertam na grande nação latina.

Em todas as intervenções foi salientada a positiva contribuição que os acontecimentos de Portugal vieram dar à luta antifascista internacional e ao desenvolvimento democrático da Europa.

Em sessões conjuntas com o companheiro Daniel Buzer, membro da direcção da FRELIMO, e sempre entusiasticamente recebidos por todo o lado, ficou amplamente demonstrado o espírito de fraterna amizade, de interajuda e camaradagem existentes entre os dirigentes políticos e o povo de Portugal, por um lado, e os das nações africanas que vão surgindo do actual processo de descolonização, por outro.

Em vários comícios, com a participação de destacados camaradas chilenos, como o senador Contreras, ou como Luis Gustavo, membro do CC do PC chileno, foi verificado que, a par da realidade duma poderosa ofensiva fascista e imperialista no mundo, de que aquela nação latino-americana é vítima sangrenta, se torna todavia possível às forças antifascistas

e aos povos sustar a ofensiva, alcançar a libertação e reencontrar o caminho da Democracia e da Paz, como vai sendo efectivado no nosso próprio país.

Ao lado dos camaradas Luigi Longo, presidente do PCI, de Berlinguer, secretário-geral, e de outros dirigentes comunistas italianos, assim como de muitos partidos irmãos, José Magro participou nos festejos do «Unità» em Bolonha, no desfile e no comício em que interveio cerca de um milhão de pessoas. Também aqui o nosso país, as forças democráticas portuguesas e o PCP foram entusiasticamente saudados. O «stand» do «Avante!» foi dos mais insistentemente visitados, no desejo de se conhecer de alguma forma a nova realidade portuguesa.

Em Roma, o representante do PCP foi recebido por uma delegação do CC do PCI. Num ambiente de fraterna amizade e de real interesse, foi apreciada a situação portuguesa e encaradas questões de importância comum, como o da visita a Portugal, duma representativa delegação do PCI.

Por último, José Magro fez uma declaração ao «Unità» acerca das condições da sua visita, assim como do êxito alcançado pela mesma.

O CAPITAL
Karl Marx
na
LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.
Rua Cidade de Quelimane, 3-A
OLIVEIRA SUL

PROGRAMA E ESTATUTOS DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS VI CONGRESSO — 1965

Colecção «Documentos Políticos do Partido Comunista Português»

Pedidos a Editorial Avante! - Av. Santos Dumont, 57, 2.º - LISBOA

SEARA NOVA

N.º DE OUTUBRO

A DESCOLONIZAÇÃO EM MARCHA A PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

por Sérgio Ribeiro

O «TEMPO» EM QUE VIVEMOS por Vasco Gomes

SALÁRIO MÍNIMO E DESPESIMOS por Ribeiro de Carvalho

O VALOR OBJECTIVO DAS IDEIAS por Pedro Soares

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Camaradas:

Faz agora uma semana, não longe daqui, milhares de trabalhadores e outros habitantes de Sacavém e terras próximas, ombo com ombo com militares do RAL 1, decidiram cortar o caminho à reacção. E a reacção não passou.

Ali, nessa barreira da liberdade como nas muitas outras barreiras que se ergueram de norte a sul do País, o povo desorganizou completamente a «marcha sobre Lisboa», desarticulou o dispositivo da manifestação da «maioria silenciosa» e contribuiu assim de forma decisiva para a estrondosa derrota da reacção.

Permiti, camaradas, que, por motivo dessa magnífica acção popular, transmita por vossa intermédio, às organizações do Partido do sector, aos trabalhadores e ao povo de Sacavém e particularmente àquelas que de firme se mantiveram noite e dia nas barreiras, as mais sinceras e calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

A projectada marcha sobre Lisboa e a manifestação da chamada maioria silenciosa anunciada para 28 de Setembro constituíram o eixo dum grande operação contra-revolucionária que tinha como objectivo a supressão e efectiva liquidação das liberdades, a dissolução do Movimento das Forças Armadas, a destituição do Governo Provisório e a instauração dum nova ditadura.

As perdas sofridas pela reacção a uma derrota foram à medida da ambição do projecto e dos recursos materiais e humanos utilizados. Jogou muito, perdeu muito.

A derrota significa para a reacção a perda de enormes recursos técnicos e financeiros, a liquidação dos três partidos, das suas organizações, actividades e imprensa, a descoberta e desarticulação de redes de conspiração clandestina, numerosas prisões de responsáveis da conjura, e finalmente, como repercussões, o afastamento dos três generais da Junta e a renúncia do próprio Presidente da República, general Spínola.

Trata-se de uma tremenda derrota das forças reacçãoárias e conservadoras, de uma enorme vitória das forças populares e do MFA. A solução da crise cria uma situação nova, muito mais segura e favorável do que aquela que existia anteriormente.

Nós não negamos o papel positivo que o general Spínola representou ainda no tempo da ditadura para o desenvolvimento do MFA, para uma mais larga aceitação da ideia dum solução política do problema colonial e para a criação de condições favoráveis para o 25 de Abril. Mas desde esta data, o general tinha mostrado a permanente vontade de restringir as liberdades e os direitos dos cidadãos, a tendência para centralizar em si o Poder para refrear e fazer mesmo voltar para trás a democracia e descolonização, para instaurar uma ditadura pessoal e militar.

A sua renúncia ao cargo foi um grande e positivo acontecimento político. As estruturas do Poder, embora ainda pesadas e complexas, ganharam em homogeneidade e capacidade operativa. Houve pois razões para que, após as recentes modificações políticas, o povo expressasse em grandes manifestações a sua alegria porque a reacção não passou e a sua confiança em que a reacção não passaria!

A grande operação contra-revolucionária desenvolveu-se sob dois grandes pretextos, que o general Spínola, no discurso, em que anunciou a sua renúncia, voltou a repetir.

Esses dois grandes pretextos invocados pela reacção foram a desordem e o caos em que o País estaria caindo e a ameaça para as liberdades que constituiria o Partido Comunista Português.

Interessa dizer algumas palavras sobre estas acusações.

Na verdade quem procurava e procurou encaminhar o País para a desordem e o caos?

Quando, nos últimos dias, grandes manifestações populares se realizavam em todo o País festejando a vitória sobre a reacção (100 mil no Porto, 100 mil em Lisboa, 20 mil em Évora, 10 mil em Setúbal, 10 mil em Beja, 7 mil na Marinha Grande, 6 mil em Guimarães e Portimão, 5 mil em Alpiarça e Póvoa de Varzim, 4 mil em Aljustrel e tantas e tantas outras manifestações), viu alguém o mais pequeno desatento? Houve tiros? Houve desordens? Não é verdade que essas manifestações não foram protegidas por nenhuma força policial mas apenas orientadas pelos serviços de ordem das organizações democráticas, que se mostraram plenamente à altura da sua missão? Quem poderá negar que as manifestações populares têm sido e são uma elevada expressão da consciência política, da

firme serenidade da disciplina voluntária e do civismo do povo português? Onde está a desordem e o caos? Não. O caos e a desordem não são os comunistas, não é o povo que os criam, mas sim os fascistas e todas as forças reacçãoárias que se esforçam por criá-las.

Foi o caso da projectada manifestação da «maioria silenciosa», que formou bandos de provocadores e de rufas armados, que provocou agressões a democratas e desordens nas ruas, e que teria concentrado em Lisboa, numerosíssimas armas (e armas para matar), se as massas populares não se tivessem atravessado no caminho cortando-lhes o passo, e que se preparavam, como todos os factos demonstram, para desencadear uma vaga de violências, crimes e atentados, com prelúdio da instauração dum ditadura.

Esses, sim, e não os comunistas, e não o nosso povo, querem o caos e a desordem. Querem o caos e a desordem os que lançam fogo às searas para depois acusarem os comunistas. Os que se queixam de «agressões ideológicas» quando os comunistas expõem os seus pontos de vista, mas respondem às ideias com apedrejamentos e agressões físicas. Os que apontam como desordens manifestações pacíficas, e entretanto organizam depósitos de armas, transportam espingardas, pistolas, explosivos, catanas e punhais para as suas manifestações projectadas. Esses, sim, são os inimigos da ordem democrática e tudo fazem para destruí-la.

Pois têm de perder a esperança de o conseguir. O povo e o MFA, tal como mostrou a última crise, estão em condições de unidos salvaguardar a liberdade, de salvaguardar a ordem democrática e impedir que a reacção conduza o País para o caos, a desordem, a guerra civil.

O outro pretexto invocado pelas forças reacçãoárias para exigir a suspensão das liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos e a instauração dum ditadura é o que chamam a ameaça do assalto ao Poder pelo Partido Comunista, o perigo que os comunistas representariam para a liberdade.

É pelo menos curioso que se invoquem inexistentes perigos contra as liberdades para justificar a efectiva liquidação das mesmas. E se evoque o inexistente perigo de uma ditadura da esquerda para se justificar a instauração dum ditadura da direita.

Não, o Partido Comunista não só não ameaça as liberdades como é o seu mais firme e consequente defensor. Nenhuma outra força política mais que o Partido Comunista, nenhuma outra classe mais que a classe operária conhecedor na própria carne, ao longo de quase 50 anos de ditadura fascista, o que significa a negação das liberdades. Não queremos que tais dias voltem. Lutamos e lutaremos para que as liberdades sejam defendidas, consolidadas e alargadas. Lutamos e lutaremos para que a lei eleitoral não contenha preceitos que prejudiquem a genuidade de voto, e para que as eleições para a Assembleia Constituinte sejam verdadeiramente livres de forma a traduzirem a autêntica vontade do Povo Português.

Lutamos e lutaremos para que seja instaurado em Portugal um regime democrático em que possam ter voz, organizar-se, defender as suas ideias, todos os portugueses que queiram viver num regime de liberdade.

Quanto àqueles que, como recentemente sucedeu com o Partido Nacionalista, o Partido Liberal, o Partido do Progresso e outros, sob a cobertura legal faziam tráfico de armas e se preparavam para mergulhar o País num banho de sangue, a esses deve o Povo Português dizer categoricamente que estão excluídos da legalidade democrática, porque não se aceitará que usem a liberdade aqueles que, ao abrigo da liberdade, se preparam para assassiná-la.

Somos fiéis defensores da institucionalização das mais amplas liberdades. E firmes defensores da ordem democrática contra quem pretenda destruí-la.

Camaradas:

O Partido Comunista Português tem motivos para se sentir orgulhoso da sua acção durante a crise que acabamos de viver.

Foi o Partido que a tempo advertiu da preparação da ofensiva contra-revolucionária.

Foi o Partido que desvendou que, por detrás da manifestação, se escondia o ambicioso objectivo de mudar a situação política.

Foi o Partido que propôs ao Governo, no dia 26, a proibição das actividades do Partido Liberal e do Partido do Progresso, reafirmando em que o «Avante!» insistia no dia 28, revelando o

que muitos se recusaram então a acreditar, que esses pseudopartidos eram ninhos de conspiradores fascistas, onde se tramava a contra-revolução.

Foi o Partido que deu o alarme e tomou a iniciativa de tomar medidas e apelar para que todas as organizações democráticas o fixassem; para cortar as estradas e impedir a marcha sobre Lisboa.

Uma vez mais se mostrou que o PCP é a força de vanguarda da luta popular e que a defesa e a consolidação das liberdades, a construção da democracia, não podem ter lugar sem a activa participação do Partido Comunista Português e dos seus militantes.

Nesta batalha para derrotar a grande operação reacçãoária não estivemos, porém, sós.

O Movimento Democrático Português-CDE uma vez mais demonstrou a sua elevada consciência política e sentido de responsabilidade. Num momento em que alguns pouco ou nada faziam para cortar o caminho à reacção (o que não impedia que a última hora, quando já a reacção estava batida, tivessem vindo marcar presença ou hester barbares nas barreiras), o Movimento Democrático Português, ao lado do PCP, deu uma nova grande prova de iniciativa, dinamismo e implantação nas massas.

O Movimento Democrático é uma força vital, necessária e indispensável para a construção da democracia em Portugal.

Não é por alguns recuar

Mostram o que significa e o que vale a unidade dos trabalhadores e designadamente a unidade sindical.

Há, é certo, quem hoje pretenda pôr em causa a unidade sindical.

Há partidos e grupos políticos que, não tendo uma ampla base operária (alguns mesmo nada têm a ver com a classe operária, nem muito nem pouco), pretendem agora que a lei sindical, que irá ser elaborada e publicada pelo Governo, lhes abra a possibilidade de criar cada qual os seus próprios sindicatos, mesmo que de dimensão irrisória, e a sua própria central sindical, para que cada qual tenha aí pequenos feudos e aparelhos de penetração e influência entre os trabalhadores.

Nós pensamos que, particularmente na situação política que vivemos, os interesses dos trabalhadores não serão melhor defendidos, nem as liberdades serão mais asseguradas, se para cada profissão, ou categoria, ou actividade, se multiplicar o número de sindicatos, cada qual como instrumento da política de um partido. Isso nada tem a ver com organização sindical e com liberdade sindical.

Se isso viesse a acontecer, significaria uma grave divisão dos trabalhadores, que só a inimigo de classe e à reacção poderia aproveitar.

O PCP continua a pronunciar-se por uma vida amplamente democrática em todos os sindicatos, nos quais a orientação, a actividade e a gestão, a eleição dos corpos gerentes devem ca-

rganizar o esquema de acção contra-revolucionária.

Sim. E justo insistir. Se não fora essa acção, a operação contra-revolucionária poderia ter alcançado os seus fins, a manifestação poderia ter tido lugar e dela poderia ter resultado a declaração de estado de sítio, a tomada de plenos poderes pelo Presidente da República, a supressão das liberdades, a instauração dum nova ditadura.

Quando à última hora, o general Spínola veio declarar que a manifestação não era oportuna já esta não tinha possibilidades de realização. E não tinha porque o povo português, o movimento popular lhe cortaram literalmente o caminho.

Mas tem de insistir-se também que o movimento popular pôde fazê-lo porque contou com o apoio do Movimento das Forças Armadas e, em muitos casos, com a cooperação directa de forças militares, pôde fazê-lo porque, a par da acção política e da grande acção popular nas barreiras, o Movimento das Forças Armadas passou também à ofensiva contra as forças reacçãoárias, e, na hora devida, descobriu e desarticulou redes clandestinas, prendeu responsáveis, vencendo resistências das forças mais conservadoras que ainda pertenciam às estruturas do Poder, se impôs firmemente às tentativas de declaração do estado de sítio e de suspensão das garantias constitucionais, deu ordem para que saíssem os jornais, então silenciados, fez reabrir a rádio e a televisão, que haviam sido encerrados, e finalmente obrigou a retirada dos três generais da Junta de Salvação Nacional — cujo saneamento há muito se impunha — e aceitou a demissão do general Spínola, cuja situação se tornara insustentável.

Nesta gravíssima crise, uma vez mais o Movimento das Forças Armadas esteve à altura das suas responsabilidades, mostrando ser garante da defesa das liberdades.

A aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, eixo político da situação democrática, sai reforçado desta batalha. Nós, comunistas, fazemos e faremos tudo quanto estiver ao nosso alcance para que essa aliança se manifeste bem viva como factor determinante do progresso da situação política actual.

A unidade das forças que estão decididas a assegurar a democratização e a descolonização é essencial para assegurar a vitória.

A política de unidade do PCP é para hoje e para amanhã.

O PCP está sempre pronto para examinar com os outros partidos, formações e sectores democráticos todos os aspectos dum política comum e de acções comuns.

A situação criada com a derrota da reacção exige o reexame da orientação da política geral, da política económica, da política social, da política de descolonização, da política externa.

O Governo Provisório tem novas grandes tarefas a realizar. Para realizá-las, a unidade das forças democráticas e a aliança com o Movimento das Forças Armadas são essenciais.

Amanhã, domingo, o povo português, dando um dia de trabalho voluntário, mostrará a sua determinação em construir pelo próprio esforço um Portugal livre e progressivo.

Para que o seja, Portugal terá de ser não uma cotada de alguns grandes grupos monopolistas, mas o património de todos os portugueses unidos pelo mesmo objectivo: de liberdade, de progresso e de justiça social.

Depois da última derrota da reacção, se nos mantivermos unidos e soberbos definirmos uma política justa, seremos invencíveis.

Viva a unidade da classe operária!

Viva a unidade das forças democráticas!

Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português!

SEARA NOVA

PERDAS E DANOS

O último original de

Urbano Tavares Rodrigues

75\$00

CLASSIQUES DU MARXISME — LENINISME

Éditions Sociales

na LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.

Rua Cidade de Quelimane, 8-A OLIVAIS SUL

OBRAS ESCOLHIDAS (3 Vols)

Lenine

na LIVRARIA GALILEU, S.A.R.L.

Rua Cidade de Quelimane, 8-A OLIVAIS SUL

Camaradas: A acção popular de massas foi determinante para impedir a «marcha sobre Lisboa», para de-



Aspecto significativo da entusiástica e vibrante assistência no Ginásio de Campo de Ourique

A CRISE DE SETEMBRO ANALISADA POR JOSÉ MAGRO NO COMÍCIO DE CAMPO DE OURIQUE

No passado dia 4 realizou-se no Clube Atlético de Campo de Ourique o primeiro comício do PCP naquele bairro.

Não obstante as múltiplas tarefas de vigilância e a luta contra a reacção em que estiveram empenhados os militantes do bairro e as consequências deficiências de propaganda, estavam presentes mais de 2000 pessoas.

Recordando a memória da grande militante comunista, que foi Maria Machado, interveio Laura Lopes, do MDM, que saudou todos os presentes e o nosso Partido. Depois usou da palavra Vilave de Cabral que em nome do MDP-CDE saudou o PCP, acentuando o papel do Partido nos duros anos da luta antifascista e do processo de democratização em curso.

Anabela, responsável pela organização de Campo de Ourique, insistiu na necessidade de continuar a vigilância popular e o combate à reacção.

Seguidamente falou Carlos Durão, membro do CL de Lisboa que, depois de realçar o papel das organizações democráticas e das massas na última batalha travada contra a reacção, pôs em destaque o papel da organização do PCP nessa luta e exortou a organização de Campo de Ourique a superar rapidamente as suas deficiências e a recrutar novos militantes para o Partido.

Os principais traços da crise de Setembro

Por último, falou o camarada José Magro, membro do CC e da DORL do PCP que, nomeadamente, apontou os principais traços da crise de Setembro

O primeiro traço essencial da crise de Setembro é o ter esta representado a maior, a mais perigosa, a mais audaz e a mais bem preparada ofensiva reacçãoária contra o Governo Provisório e o curso democrático do País.

O segundo traço essencial da crise de Setembro é o encontrar-se nela de alguma forma envolvidas altas figuras políticas e militares, com tudo o que esse facto acabou por representar para elas.

O terceiro traço essencial da crise de Setembro é o encontrar-se nela de alguma forma envolvidos altos funcionários do aparelho reacçãoário, assim como os outros centros do Poder, não deixando de saber responder às exigências e às possibilidades da nova situação criada.

O quarto traço essencial da crise de Setembro é que, de facto, a derrota da reacção veio tornar mais largo e seguro o caminho que seguimos.

E terminou afirmando: Impõe-se todavia que o Governo Provisório, cuja tarefa se encontra agora facilitada pelo afastamento de personagens traidores e pela desarticulação do aparelho reacçãoário, assim como os outros centros do Poder, não deixem de saber responder às exigências e às possibilidades da nova situação criada.

Há que acelerar as medidas de protecção à economia nacional, de ajudar os sectores em crise, de combater a inflação, de melhorar das graves condições das finanças públicas, tal como das balanças comercial e de pagamentos!

Na tribuna encontravam-se ainda destacados militantes de Alcantara e de Campo de Ourique, Rui Ramos e Augusto Sousa, do CIL, e ainda a camarada Alda Magro, funcionária da DORL.

O comício terminou com os participantes a cantar o «Avante! Camaradas» e vitorioso o PCP.

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

A REVISTA INTERNACIONAL exprime a maneira como os Partidos Comunistas e Operários encaram os problemas da Paz e do Socialismo e dá a conhecer a actividade em que se empenham para os resolver. É uma arma importante na luta que os Partidos Comunistas e Operários travam, à luz do marxismo-leninismo, pela instauração da democracia, pela libertação nacional, pela construção do Socialismo e pela coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes.

REVISTA TEÓRICA E INFORMATIVA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

Devolve o cupão junto acompanhado de Esc. 1953/30 (assinatura anual para Portugal) para Edições AVANTE!

Avenida António Serpa, 26, 2.º, Esq. — LISBOA-1

Nome
Profissão
Morada
Localidade

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

a opinião

REDACÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 • PORTO • TELEF. 487969

CONGRESSOS DE MEIO SÉCULO DE LUTA

Os Congressos do PCP, ao longo dos seus 53 anos de actividade, marcam momentos importantes da evolução do Partido e da luta da classe operária portuguesa, assinalam as várias etapas do seu desenvolvimento.

I Congresso do PCP 1923

O I Congresso do PCP iniciou os seus trabalhos no dia 10 de Novembro de 1923, em Lisboa, com a participação de 118 delegados, ou seja, cerca de um quarto dos membros do Partido nessa época.

Estiveram representadas no Congresso 26 organizações partidárias, das quais 17 de Lisboa. Esteve presente um representante da Internacional Comunista.

José Carlos Rates, secretário-geral, apresentou o relatório do Comité Executivo.

O Congresso discutiu e aprovou uma resolução sobre «Organização Partidária» uma tese sobre «Definição de Princípios», um «Programa de Acção» e uma resolução sobre «A questão agrária».

Nos princípios de «Organização Partidária» na «Definição de Princípios» e nos «Estatutos do Partido» (aprovações do seu órgão o «Comunista») destacava-se a adesão do PCP aos princípios da Internacional Comunista. Nas «teses políticas» destacava-se o perigo do fascismo no mundo e em Portugal.

«A Europa depois da guerra» — assinalava-se — está sob o perigo evidente do fascismo. O fascismo é um fenómeno social característico da época que atravessamos. A guerra de 1914-1918 abalou, profundamente, os alicerces da sociedade capitalista acelerando o seu estado de decomposição. E, depois de se enumerarem alguns factores que estavam na origem do aparecimento do fascismo, acrescentava-se: «Na combalida sociedade portuguesa outros factores concorrem ainda para o triunfo do fascismo: (...) a desesperada situação financeira, a descença na democracia com os seus processos formalistas, a fragmentação dos partidos políticos constitucionais, a ausência de forças proletárias orientadas no sentido da conquista do poder político».

A aprovação do Congresso foram também enviadas numerosas moções. O delegado da Comunidade de Arroios propôs uma saudação «a todos os revolucionários do mundo que lutam pela emancipação dos trabalhadores, especialmente os nossos camaradas da Rússia». Pelos delegados da Amadora foi enviada a seguinte resolução: «O PCP, reunido no seu I Congresso partidário, felicita os militantes que no último Congresso Operário realizado na Covilhã defenderam a adesão à III Internacional, visto ser esta a que mais garantias oferece para uma próxima transformação social».

Por parte dos delegados da Federação de Lisboa foram apresentadas moções sobre os seguintes problemas: «O

PCP, ao iniciar o seu primeiro Congresso, saúda a Confederação-Geral do Trabalho (CGT) como organismo central do proletariado sindical, fazendo votos para que fielmente interpretando o sindicalismo revolucionário resulte a unificação de todos os militantes revolucionários sem abdicção de princípios, na base essencial para conduzir as massas à sua integral emancipação».

Dentre os problemas dos trabalhadores portugueses foi especialmente discutido o referente aos horários de trabalho. Sobre esse problema aprovou o Congresso uma moção em que se dizia que, estando em vigor a lei de 8 horas de trabalho para a classe operária, e sendo os trabalhadores rurais também assalariados, se propunha a reclamação imediata do cumprimento dessa lei para os rurais.

Os trabalhos deste I Congresso do PCP decorreram nos dias 10, 11 e 12 de Novembro de 1923. Encerrando-o, os participantes deram vivas ao PCP, à Internacional Comunista, aos trabalhadores, aos camponeses, aos trabalhadores de todo o Mundo, à classe operária portuguesa e à Revolução Proletária.

O I Congresso do PCP culminou os anos da sua formação, foi uma expressão do seu desenvolvimento político, da sua expansão. Falta, então, ainda, ao Partido uma formação teórica coerente e uma direcção de militantes politicamente experimentados e com abnegação revolucionária. Mas a acção dos militantes do Partido nesta época da sua vida contribuiu para a difusão das ideias do comunismo em Portugal e para abrir caminho à organização revolucionária da classe operária.

II Congresso do PCP 1926

O II Congresso do PCP foi convocado para 29 de Maio de 1926, em Lisboa. Compararam-se mais de 100 delegados. Mas o Congresso resolveu interromper os seus trabalhos, pois, entretanto, no dia 28 de Maio, a reacção deu o golpe militar fascista.

O golpe de Estado fascista de 1926 e, depois, a instauração da ditadura fascista, deram-se num período em que o PCP, dada a debilidade da sua organização e dos seus quadros, e a sua reduzida influência, não estava em condições de organizar a resistência. Em 1927 a sede do PCP foi definitivamente encerrada. As organizações foram destruídas ou dissolveram-se. Muitos dirigentes abandonaram a luta.

Em 1929, Bento Gonçalves e outros militantes lançaram ombros à luta pela constituição dum partido re-

volucionário. Forjou-se um núcleo de quadros dedicados que assegurariam o seu futuro. Nos anos que se seguiram o PCP dirigiu importantes lutas de massas, grande actividade de agitação e propaganda, intensa solidariedade à Espanha Republicana. Debilitadas na defesa do Partido contra a repressão levaram à prisão do secretário-geral do Partido, Bento Gonçalves e de numerosos outros dirigentes. A grave crise aberta na actividade do Partido, foi vencida com a chamada reorganização de 1940-41. O PCP retomava a sua marcha em frente.

III Congresso do PCP (I ilegal) 1943

A notícia da realização do Congresso foi dada no «Avante!» da 2.ª quinzena de Novembro de 1943 sob o título «MAIS UMA GRANDE VITÓRIA».

Realizado num momento em que os exércitos nazis ainda esmagavam a Europa e a ditadura salazarista esmagava o País com formas extremas de repressão, este Congresso marcou uma viragem na história do Partido.

O Congresso tirou as lições das greves de 1942 e 1943, definiu a orientação para um rápido crescimento do Partido.

«No Congresso — sublinhava o «Avante!» — demonstrou-se que o Partido Comunista é já hoje a verdadeira vanguarda da classe operária, do povo laborioso, e já hoje uma grande força política portuguesa».

Descrevendo os trabalhos do Congresso, escrevia então o «Avante!»: «O camarada Alberto (José Gregório) fez a abertura de abertura, referindo-se às razões da realização do Congresso e destacando a dissolução da Internacional Comunista e o papel histórico que ela desempenhou».

O camarada Alvaro Cunhal (Duarte) apresentou ao Congresso o informe político do secretário do CC sobre «A unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência».

Nesse relatório definiram-se as linhas fundamentais da orientação do Partido do proletariado na luta nacional contra a ditadura fascista. Destacando a importância da unidade da classe operária «condição indispensável da unidade antifascista», o relatório destacava: «Em Portugal, a unidade da classe operária realiza-se na medida em que as massas dos operários inorganizados se unem na luta diária pelos interesses vitais». Defendendo a importância dos pequenos movimentos reivindicativos, no relatório mostrava-se como eles abrem caminho para as grandes lutas de massas e analisou-se o magnífico exemplo das grandes greves que se tinham rea-

lizado nos últimos anos. Examinando a questão do trabalho sindical o relatório destacava: «Estão preenchidas as condições fundamentais para passarmos ao assalto em larga escala dos Sindicatos Nacionais, para tornarmos os Sindicatos Nacionais organismos de luta da classe operária». Nesse relatório são também definidos os traços gerais da linha de unidade nacional antifascista, salientando-a de importância da unidade.

Desde este Congresso seguiu o PCP, apesar das armadilhas da repressão fascista, garantir a estabilidade e continuidade do seu trabalho de direcção, o que constitui uma das razões da sua capacidade e experiência políticas.

Com este Congresso afirmou também o Partido o princípio, que sempre procurou cumprir, apesar das limitações e dificuldades impostas pela clandestinidade, de

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.